

**DA FORMAÇÃO NA UFRJ AO ENSINO DE SOCIOLOGIA:
CONTRIBUIÇÕES PARA A APSERJ E A EDUCAÇÃO FLUMINENSE -
ENTREVISTA COM MAURO PETERSEM DOMINGUES**

Gracielle Rodrigues¹

Lier Pires Ferreira²

Roberto Mosca Junior Junior³

RESUMO: Entrevista concedida, como as demais que integram o presente Dossiê da Revista Perspectiva Sociológica,, como parte do resgate da memória de fatos e passagens relacionados ao processo de formação da Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro (APSERJ) nos anos 1980. Os relatos jogam luz sobre a discussão da profissão de sociólogo, que acabou abrindo caminho para luta pela reinserção da Sociologia Ensino Médio, no segmento então nomeado 2º grau, com a aprovação da obrigatoriedade alcançada na constituição estadual de 1989. São sete depoimentos de cientistas sociais que se envolveram em maior ou menor grau na criação da Associação e na luta pelo retorno da sociologia a escola básica. A presente entrevista é um depoimento de Mauro Petersem Domingues, professor de Ciência Política do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e ex tesoureiro da APSERJ. Os depoimentos fazem parte de uma série de entrevistas realizadas entre setembro 2020 e janeiro 2021 no âmbito da pesquisa acadêmica “Organizações e Lutas pelo Ensino de Sociologia na Educação Básica” proposta pelo prof. Lier Pires Ferreira Jr em parceria com o prof. Roberto Mosca Junior e a bolsista Gracielle Rodrigues do Programa de Iniciação à Docência desenvolvida no contexto da licenciatura em Ciências Sociais Colégio Pedro II, PIBID/CP2.

Palavras-Chave: Ensino de Sociologia, Sociologia no Ensino Médio, Movimentos Sociais, Memória

ABSTRACT: Interview granted, like the others that make up this Dossier of Sociological Perspective (issue #32), as part of the rescue of memories of facts and passages related to the formation process of the Professional Association of Sociologists of the State of Rio de Janeiro (APSERJ) in the 1980s. The accounts shed light on the discussion of the sociologist profession, which ultimately paved the way for the struggle for the reintegration of Sociology into basic education, then referred to as High School, with the

¹ Graduanda em Psicologia - Universidade Veiga de Almeida. Ex-bolsista no PIBID/CP2 - 2020.

² Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Titular do Colégio Pedro II. Pesquisador do Laboratório de Estudos Políticos de Defesa e Segurança Pública (Lepdesp/UERJ) e do Núcleo de Estudos dos Países BRICS (NuBRICS/UFF).

³ Doutorando e mestre em Ciências Sociais pelo PPCIS/UERJ. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UERJ. Pesquisador (CNPq) do LAEDH/CP2, na linha de pesquisa do Grupo de Estudos em Ciências Sociais e Memória (GECISME). Professor do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II.

mandatory approval achieved in the state constitution of 1989. There are seven testimonies from social scientists who were involved to a greater or lesser extent in the creation of the Association and in the fight for the return of sociology to basic education. This interview is a testimony from Mauro Petersem, a Sociology professor in the Department of Sociology at the Federal University of Espírito Santo (UFES), and former treasurer of APSERJ. The testimonies are part of a series of interviews conducted between September 2020 and June 2021 within the academic research "Organizations and Struggles for the Teaching of Sociology in Basic Education" proposed by Prof. Lier Pires in partnership with Prof. Roberto Mosca Junior and the scholar Gracielle Rodrigues from the Initiation to Teaching Program developed in the context of the Social Sciences degree at Colégio Pedro II, PIBID/CP2.

KEYWORDS: Teaching of Sociology, Sociology in High School, Social Movements, Memory.

Roberto Mosca Junior (RMJ): Mauro, é um prazer estar te conhecendo, pois só te conhecia por nome, por referências dos textos que eu li sobre a Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro (APSERJ). Conversando com o Lier sobre como fazer a pesquisa, a ideia nesse início era saber um pouco sobre você, situar você, de que lugar do mundo você fala, quem é o Mauro Petersem? Como foi sua trajetória até chegar nas Ciências Sociais. Nesse primeiro tópico, que chamamos de "influências", a gente gostaria que você falasse um pouco sobre seu ambiente familiar, sobre a formação dos seus pais, o ambiente escolar no qual você estudou e em que momento... Entrando em filiações intelectuais, imagino que a escola já tenha te direcionado para algumas referências, no primeiro momento é isso, falar um pouco desse ambiente familiar, formação dos pais, como é que foi isso para o Mauro Petersem?

Mauro Petersem Domingues (MPD): Então pessoal, boa tarde. Obrigado pelo convite. Falar sobre influências é legal, começar pela família é sempre interessante. Eu mesmo já fiz algumas entrevistas com colegas. Eu tento construir um pouco uma memória do meu departamento de Ciências Sociais da UFES e aí normalmente quando o pessoal vai se aposentar, exatamente fazer isso, traçar o perfil, quem são essas pessoas, de onde elas vieram. Então, meus pais... meu pai era um homem já mais velho quando eu nasci, já tinha quarenta e nove anos, ele é carioca nascido no Rio de Janeiro, naquela região do antigo Maracanã [bairro], onde, antes da existência do Maracanã [estádio] havia as favelas naquela região.

O pai dele, meu avô, era foguista, era um daqueles caras que alimentam a caldeira do trem... ele era foguista da Central do Brasil... então era o que se chamava de “operário do Estado”. Isso tem uma certa relevância por que? Porque foi graças a esse vínculo que meu pai, apesar de muito pobre, teve a chance de frequentar uma escola e fez até o que hoje seria a quarta série, que era uma formação para a época bastante considerável para quem vinha de camada popular e isso tem um impacto interessante sobre a família inteira.

Meu pai exerceu um monte de atividades típicas de garotos no Rio de Janeiro nos anos 1920, 1910 por aí, ele era de 1913. Aos cinco anos de idade ele entrou na indústria, naquela fábrica têxtil que tinha ali em Vila Isabel. Ele começou o trabalho na fábrica os cinco anos de idade, não só ele, depois as irmãs... praticamente a família inteira trabalhou naquela fábrica e, depois de mais crescido, passou a ser garçom, auxiliar de cozinha, uma série de coisas por ali no centro do Rio de Janeiro e foi assim até casar e ter os primeiros três filhos. Eu sou filho do terceiro casamento dele, ele ficou viúvo duas vezes, o que é uma marca também de um outro tempo em que a gravidez era uma atividade de alto risco para as mulheres...

Depois da Segunda Guerra Mundial é que, por influência de um tio, ele acabou entrando para a marinha para trabalhar como taifeiro e fazer exatamente as mesmas coisas... auxiliar de cozinha, garçom, outras coisas, só que dentro da Armada, da Marinha de guerra brasileira. Mais adiante, quando a marinha brasileira autorizou o ingresso dos civis na vida militar, ele acabou engajando na vida militar, fez um curso de especialização em eletricidade e eletrônica, uma formação, e passou a ser operador de radar, rádio, sonar, essas coisas que tem em navios e submarinos da Marinha brasileira. Graças a isso ele teve a oportunidade de viajar bastante para muitas partes do mundo e isso também deu a ele uma concepção muito diferente dos homens de camada popular no Rio, pois ele passou a valorizar enormemente o estudo e essa perspectiva da ascensão social.

Da parte da mãe; minha mãe é nascida no sul da Bahia, naquela região de Caravelas, o acesso à escola ali era muito precário, ela era de 1939... Ela foi alfabetizada com muita dificuldade e realmente o processo dela aprender a ler mesmo, funcionalmente, só vai se dar quando os filhos estão na escola... ela é a terceira esposa do meu pai. E realmente assim, o processo de aprendizagem dela, dessa cultura letrada se deu muito tardiamente... Apesar disso, ou talvez exatamente por causa disso, ela vestiu aquela camisa de que os

filhos tinham que estudar e era uma pessoa extremamente dedicada a essa ideia de que a escola era um coisa importante... Então nisso os dois estavam bem de acordo, digamos assim, e isso tem um impacto muito forte em todos os filhos, especialmente nos três últimos, que somos filhos do mesmo pai e da mesma mãe... tinha mais quatro irmãos, dois já faleceram, as duas mulheres estão vivas.

Esse é o impacto que vai marcar a cultura da gente, em geral, que é o quê? Uma valorização muito grande da leitura. Papai era aquele tipo de cara que se a gente dissesse que tinha interesse em uma coleção qualquer, dessas de fascículos que vendiam nas bancas de jornais, ou mesmo em enciclopédias, ele fazia o esforço que ele pudesse fazer para dar isso para gente... Isso permitiu a gente fazer coleção de mitologia greco-romana, de História, de Geografia, de ciências naturais [risos] enfim, tudo, uma coisa grande, e aí a gente tem, tanto eu quanto meu irmão imediatamente o mais velho, o Marco, um gosto muito grande por questões científicas, e isso vai ser uma marca legal da gente ali pela sexta, sétima série a gente vai estar lendo, por exemplo, *O Diário do Beagle*, de Charles Darwin, a gente vai estar estudando a evolução da espécie humana, evolução das espécies em geral, esses tipos de coisas, além das coisas de que falei, mitologia grega, romana, essas coisas...

Enfim, essas determinações de minha mãe para garantir uma escola boa para os filhos fez a gente migrar de Angra dos Reis, onde meu pai serviu até se aposentar, o finalzinho da vida militar dele foi lá no Colégio Naval, em Angra... e a decisão de voltar para o Rio de Janeiro saindo de Angra tem a ver com isso, de ter acesso a uma escola melhor. E aí, bom, fomos morar em Realengo, cidade do Rio de Janeiro. o Rio ainda tinha essa influência de ex-capital da República. Então as escolas eram excelentes ali e deram a base para fazer a prova do Pedro II e do Colégio Militar, dois colégios que eu tentei entrar para o antigo ginásio, digamos assim, segunda metade do ensino fundamental, o primeiro grau, como se dizia naquela época. Meu irmão antes de mim tentou esse concurso, só que ele passou para o Humaitá... de Realengo para o Humaitá era duro, aí ele continuou e fez da quinta à oitava série ali em Realengo mesmo. No ano seguinte, então, tentei e passei para a Tijuca, Colégio Pedro II da Tijuca, e fiz a minha quinta a oitava série lá, ou aí, já que vocês são do colégio [risos].

Lier Pires Ferreira (LPF): Então Mauro, desculpa interromper, em parte, porque, claro, boa parte do que você está falando para o nosso público são coisas que eu conheço, pela amizade de mais de trinta anos que temos... Mas o verdadeiro motivo pelo qual você está abrindo essa série de entrevistas é o fato de você ser ex-aluno do Colégio Pedro II... Então isso está aqui na minha trama secreta, que nem o Mosca nem a Gracielle nem você conheciam [risos].

MPD: A entrada do Colégio Pedro II é a entrada que define minha paixão pelas humanas, especialmente pela História. Eu tive uma professora, que infelizmente eu não lembro o sobrenome, professora Luci, de História, na quinta série, que foi quem me apresentou História Antiga e Medieval... uma figura extremamente cativante... a capacidade que ela tinha de fazer a gente gostar das coisas era muito grande. Também tive o privilégio de ser aluno da Terezinha de Castro, que é uma pessoa que tinha uma formação absurda em termos de História, Geografia e Geopolítica... As aulas dela, mesmo na sexta série, eu sendo aluno dela na sexta e na oitava série, foram muito marcantes na minha maneira de entender o mundo e no meu prazer pela história.

LPF: Discípula de Delgado de Carvalho.

MPD: Uma figura, membro do Instituto Histórico...

RMJ: Você a considera uma primeira grande referência intelectual na sua trajetória?

MPD: Eu acho que, assim, como eu falei, eu tive aula com a Luci, de quem eu não me lembro o sobrenome, já tentei encontrar nos registros do Colégio Pedro II mas não consegui achar, mas vocês certamente têm mais facilidade do que eu para isso... E depois a Terezinha... Então nesse sentido, sim, eu acho que foram muito importante para consolidar o prazer do estudo e da história que é muito anterior até a qualquer pretensão de profissionalização, é um prazer mesmo... A compreensão do processo histórico passa a ser o algo que fascina, que me move.

Bom, apesar disso, quando chega na oitava [série], se coloca aquela questão de decidir para onde vai. Existe o colégio na perspectiva da gente fazer da continuação dos estudos na sede, ali em São Cristóvão, mas assim, eu sou meio “caxias” em algumas coisas, ou pelo menos era, e achava que a gente estava folgado demais já no colégio. A oitava série já mandando demais... e estava começando a ficar mais “zoeirinha” o negócio, meio

pouco sério da nossa parte, não da parte do colégio, mas da parte dos alunos, que estavam brincando demais. Eu preferi fazer a Escola Técnica Federal, aí eu fiz o concurso da Técnica Federal e passei para o curso de eletrotécnica. Meu irmão já estava lá fazendo eletrônica e fiz os três anos da eletrotécnica ali na Celso Suckow, que depois virou Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), e agora é Instituto Federal, não é isso?

LPF: Não, é CEFET ainda.

MPD: Ela continuou como CEFET?

LPF: Como CEFET.

RMJ: Você ingressou na CEFET em que ano Mauro?

MPD: 1978. Eu fiz Pedro II de 1974 a 1977. Bom, na escola técnica é aquilo, quase nenhuma História, quase nenhuma Geografia. Muita Língua Portuguesa, muita Física, Química, Matemática, Desenho e as áreas técnicas. No final do Ensino Médio ficou aquela questão. Engenharia? Quase toda a minha turma, 90% ia fazer elétrica. E eu não era isso, eu queria realmente me decidir por alguma coisa que viesse de novo para a área da História, viesse para alguma coisa próxima. Eu fiquei naquele dilema de Comunicação Social, eu sempre pensei na carreira de jornalista como possibilidade, seria uma coisa muito mais aplicada... A História seria como uma coisa mais do diletantismo mesmo, do tipo de conhecimento que eu gosto, e as Ciências Sociais que ficariam no meio do caminho entre as duas coisas, algo que era aplicado suficiente, mais do que a História e menos que o jornalismo. A minha escolha pelas Ciências Sociais na UFRJ foi exatamente em função desse tipo de campo, algo que pode parecer muito ingênuo para alguém que está terminando o Ensino Médio, mas foi assim o processo de decisão. Entrei na UFRJ já em 1981, foi ótimo, adorei o curso de cara.

RMJ: Desculpa te interromper, porque acho que você fez naturalmente essa passagem das "influências" para o "ingresso no campo", e relatou como você fez a opção pelas Ciências Sociais, quando, porque. Nesse momento, se você puder dar uma dinâmica que nos mostre como foi o início nas Ciências Sociais, a impressão causada pelo curso em você naquele momento e também um pouco da área escolhida... porque as Ciências Sociais são divididas em três áreas, Ciência Política, Antropologia e Sociologia... como

é que foi isso na sua trajetória? Você foi decidindo logo no início, já sabia o que queria? Ou foi dentro do curso? Sua escolha foi se aprofundando por determinada área? Acho que a gente poderia embarcar nessa narrativa agora.

LPF: Mauro, junto a essa narrativa, uma questão que está no nosso roteiro, que é só como referência mesmo: o livro ou obra marcante... vai trazendo, e não precisa ser um só...

MPD: Então, essa é uma coisa que o pessoal me zoava muito na época do IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ)... até por essa paixão pela História... e quando a gente pensa nessas matérias de História Antiga, Medieval e depois Renascimento... Uma das coisas que eu coloquei na minha cabeça, lá na quinta série, foi pegar aqueles livros que aparecem nos livros de História lá do Renascimento e ler, então, *O Príncipe*, de Maquiavel eu li na quinta série [risos]. Mais a *Divina Comédia*, o *Decameron*, enfim, algumas das obras... *Dom Quixote*, algumas coisas eu li nesse período aí de quinta, sexta série... que tem a ver com essa paixão pela história, literatura, veio, vamos dizer de “contrabando” nessa brincadeira. Mas é... Então, um livro marcante: *O Príncipe*, de Maquiavel, não tem como não ser.

RMJ: O vestibular você lembra que ano você fez?

14

MPD: O vestibular foi em 1980. Foi o último ano da Escola Técnica, já foi o ano que eu fiz o vestibular, aí eu ingressei em 1981 no IFCS. E lá, assim, tem uma coisa que eu acho que é muito bom, pelo menos para mim é muito, que é o afetivo... o Lier me conhece por amizade.. se eu tenho um grupo eu me motivo muito mais, e a minha turma era extraordinária, a minha turma era em termos de amizade, de sociabilidade, ela era muito boa. Uma vez eu encontrei, muitos anos depois, na UFES, a professora Gláucia Vilas Boas, que era professora nossa lá na época, na minha época de estudante no IFCS. Ela veio dar uma palestra aqui na Federal do Espírito Santo, ela olhou para mim e disse: "Cara, aquela sua turma deixou saudade na gente!" Porque era uma turma muito alegre, muito disposta a fazer um monte de coisas, e isso tornou o meu ingresso, menino de subúrbio, vindo de uma escola técnica, numa área nova e que tinha pessoas muito mais politizadas, militantes com uma leitura mais complexa que a minha, digamos assim, tornou a minha inserção no curso mais fácil. Eu sei que para algumas pessoas, se inserir num curso de Ciências Sociais, vindo das camadas populares, é difícil para caramba. Porque parece que você está em um ambiente intelectual que é avesso. Comigo não foi

assim, em parte pela receptividade dos professores, mas muito pelo ambiente de turma que era um ambiente de colaboração, de coleguismo muito forte.

RMJ: Mas você percebia essa tensão, Mauro, entre o mundo acadêmico e o mundo mais voltado para uma profissionalização mais pragmática nas Ciências Sociais? Estou dizendo isso porque acho que isso percorre várias gerações de cientistas sociais.

MPD: Acho que existe a questão de classe, quer dizer, eu tive como colega de turma, por exemplo, uma filha de senador, uma professora filha de senador. Tive vários colegas que eram pessoas, para o meu padrão de renda, para o meu padrão socioeconômico, pessoas situadas num patamar, em um nível muito acima do meu, e a média da turma era muito acima. Já era na escola técnica federal, no Pedro II, mas na UFRJ era bem mais acima. E isso significa não só bens materiais, mas todo um universo cultural, intelectual, todo um conjunto de predisposições morais, inclusive, que tornam esse ambiente um ambiente bem hostil. Como eu disse, a amizade foi uma ponte que passou por cima de certas diferenças, que permitiu essa integração, essa adaptação... Não só o meu sentido em direção aos outros, mas dos outros também em direção às camadas populares. Tinha aquele grupo da Zona Sul, o pessoal que a gente diz que “nunca atravessou o túnel Rebouças” [risos]... e as nossas festas eram em Cosmos, lá perto da Penha, Vila Cosmos no caso. Então isso foi um aspecto importante.

Do ponto de vista intelectual, nós tivemos uma disciplina muito interessante, chamada Metodologia da História. Para os calouros, a gente pegava carona na Metodologia da História e a professora que deu essa disciplina para gente, não me lembro agora o nome dela, ela pegou pesado, digamos assim, ela pegou pesado já no primeiro período, mandando a gente ler Paul Valéry, Michel de Certeau, Jacques Le Goff, coisa "suave" assim... Isso causou um susto, digamos assim, na turma desde o primeiro período, desde as primeiras semanas... Por isso, a gente criou grupo de estudos, para a gente não enfrentar esse negócio sozinho, então, assim, o que eu acho que é muito marcante, mais até do que essa ou aquela disciplina, é essa ideia de uma aventura intelectual, de você se assenhorar de um certo tipo de conhecimento. Mas não fazer isso de uma maneira sofrida, mas de uma maneira bastante divertida, juntando as pessoas e sempre de uma forma muito dialogada. Nos nossos grupos de estudos as pessoas tinham opiniões diferentes sobre aquilo que estavam lendo. E aí o debate era muito interessante, tanto que muitas vezes a

gente saía de duas, três horas discutindo um texto, o mesmo texto... nós entrávamos com leituras diferentes e saíamos com leituras diferentes do mesmo texto, e não dava para dizer "olha, você está errado". Essa foi uma grande escola para mim nas Ciências Sociais. De você aprender a lidar com a diversidade de leituras do mundo, perceber que elas são legítimas, não tudo evidentemente [risos], às vezes tem erro mesmo.

RMJ: Mauro, o que estava em voga naquele momento ali no início da década de 80? O que vocês estudavam? O que fazia a cabeça do pessoal assim, que era mais...? Existia uma hegemonia de um determinado autor? Você falou dessa polissemia, dessa variedade, que é verdade, existe até hoje. Mas sempre a gente tem um grupinho marxista, weberiano, os funcionalistas, analistas... Essa divisão, os antropólogos, os cientistas políticos, os sociólogos, como é que era isso? Você se lembra? Faça um exercício de memória sobre isso...

MPD: Apesar da fama que o pessoal sempre nos atribui, os marxistas mesmo eram poucos, alguns bastante militantes, mas a qualidade e a exigência em relação à leitura, por exemplo, estavam bem colocadas. Havia muita gente, o departamento tinha uma marca muito forte, de uma espécie de estrutural-funcionalismo, que não dizia seu nome, mas que era fortemente aplicado.

Bom, a gente está resgatando uma memória, que não é necessariamente para pessoas da nossa área, da área da Ciências Sociais, mas, sim, uma das marcas desse tipo de escola, a escola estrutural funcionalista, é que ela realmente tem uma aplicabilidade muito alta, se ela perde um pouco em capacidade crítica, ao mesmo tempo ela tem uma capacidade de entrar nas instituições, fazer diagnósticos e permitir intervenções que é muito grande. A gente tinha muita gente assim no curso, muitos professores... weberianos realmente foram muitos poucos, muito poucos... Antropólogos [eram muitos], a turma do Museu (Museu Nacional, um dos mais importantes centros de estudos antropológicos da América Latina, vinculado à UFRJ) estava toda lá, Yvonne Maggie, José Reginaldo, Rosilene Alvim e o marido dela, o José Ricardo Ramalho. Tinha muita gente boa no curso.

Mas, assim, eu era "caxias", como eu acabei de falar, eu lia tudo com prazer, gostava de estudar. Então para mim ler Durkheim, Marx, Weber etc. era um prazer. Depois quando o pessoal veio com Foucault, que foi um cara que eu gostei muito de ler, depois fui ler por conta própria, também no início do curso... Depois, sim, eu tive a oportunidade de

fazer as matérias sobre [o autor], mas, no primeiro momento, acho que Foucault era a grande coqueluche, era a grande moda, principalmente porque a gente recebia alguma influência da Psicologia também, do curso de Psicologia da UFRJ, a mim, pelo menos, foi algo que influenciou muito... E aí tinha aquela coisa da clínica, aquela coisa do nascimento das ciências humanas, a genealogia. Eu cheguei no curso de Ciências Sociais já leitor de Nietzsche, então, essa coisa da genealogia me interessava, me fascinou muito. Então, sim, tem esse lado marcante, eu acho que tem. A professora Marli, que era da Filosofia, que deu aula da Filosofia da Ciência para a gente... Ah, sim, de minha parte, uma professora que talvez vocês venham entrevistá-la, que foi a professora de Antropologia, que para mim foi a mais importante do curso, porque realmente com Antropologia eu não me identifiquei... minha identificação era mesmo com a Política, desde o início, desde antes do curso na verdade... Essa professora foi a Luitgarde Cavalcanti, que deu uma disciplina de Teoria da Cultura, que foi fantástica exatamente porque ela conseguiu fazer um leque pegando as leituras marxistas da Antropologia, então que era algo [fora] daquele excessivo estruturalismo, o estruturalismo “sem carne” que tinha no Museu, aquilo nunca me agradou, parece que falta gente dentro da Antropologia de alguns antropólogos... falta luta, faltam algumas coisas e aquilo me desagradava muito, nunca me identifiquei com essa Antropologia do Museu, embora eu reconheça que tem seus méritos, tem suas inteligências, mas do ponto de vista pessoal eu nunca me identifiquei com aquilo... E a Luitgarde Cavalcanti exatamente pela Antropologia marxista que ela pratica, assim, gramsciana, me fascinou me interessou muito, eu já tinha feito uma disciplina de Gramsci com o professor Luigi, um professor italiano que deu Filosofia Social... a Filosofia Social dele foi muito gramsciana, então aos pouco o marxismo vai aparecendo aí [risos].

RMJ: Quero aproveitar que você citou a Luitgarde. A Luitgarde é uma grande referência na luta pela inserção da Sociologia no Ensino Médio, formou muita gente, participou da luta atravessando várias gerações. E aí eu queria ver se introduzo um ponto... Você fez o antigo “três mais um”, que eram três anos de bacharelado mais um de licenciatura... como era essa coisa de trabalhar com o ensino de Sociologia? Já tinha essa perspectiva? Porque você vem falando muito desse ambiente acadêmico no Ensino Superior, tinha isso? Como é que você teve? Foi dentro do IFCS que você teve contato com isso? Da possibilidade de trabalhar com o ensino de Sociologia na Educação Básica? Naquele momento a

Sociologia estava fora dos currículos ainda. Na sua geração tinha esse debate? E só para aproveitar a oportunidade, fala um pouquinho se você teve acesso a atividades, dentro das Ciências Sociais, na graduação, como monitoria, iniciação de pesquisa, docência, enfim, como que foi?

MPD: Em relação a questão de monitoria, assim que eu pude eu tentei monitoria, fui selecionado e me colocaram para ser monitor de um professor que simplesmente não queria que eu passasse, preferia que fosse outro. E aí o sujeito me deixou na geladeira um mês, sem me dar uma atividade... eu recebi minha primeira bolsa sem ter feito nada. Quando saiu a segunda bolsa eu vi que o cara não ia me passar atividade nenhuma. Nessa época eu já estava no terceiro período, já estava como liderança estudantil dentro do curso de Ciências Sociais, essa situação, para mim, era péssima, era desmoralizante. Aí eu abri mão da monitoria, não voltei a tentar. Iniciação científica para mim é... Na minha época quase não existia, logo depois mesmo, quando eu já estava saindo do curso, começaram a aparecer e se multiplicaram as oportunidades de iniciação científica... foi uma coisa da qual me resenti, falei "poxa vida, não tive".

LPF: Logo na minha vez... [risos].

MPD: É... [risos], mas foi bom para os outros.

RMJ: Quando você fala da sua saída Mauro, você saiu em que ano?

MPD: 1984. Mas assim, foi interessante porque como eu estava falando, a professora Gláucia, quando veio aqui na UFES fazer a apresentação, ela chegou a apresentar uma situação que 1/4 dos alunos do curso de Ciências Sociais chegou a ter bolsa de iniciação científica em um determinado momento, quer dizer, passando de uma época, tudo bem que a gente ainda estava na ditadura naquela época, eu estudei lá de 1981 a 1984, o IFCS era um prédio semiabandonado, muito castigado pela falta de recursos, aquela coisa toda, então não que seja culpa da administração nem dos professores, essas oportunidades foram aparecendo conforme os ventos foram mudando, mas o fato é que realmente, quem entrou em 1985, 1986, pegou um ambiente bem diferente de quem pegou a reta final da ditadura militar. Ainda bem que pegaram, que bom que as coisas se resolveram, era uma situação superior, mas enfim. Então não, iniciação científica não.

A oportunidade que eu tive de fazer pesquisa foram as disciplinas que estimularam a gente a propor e realizar projetos de pesquisas... era Prática de Pesquisa, se não me engano, um e dois, e uma disciplina que eu gostei muito de fazer foi Introdução à Políticas Públicas. A Análise de Políticas Públicas, com o professor Manoel Sanches, que foi ótimo porque me fez fazer uma pesquisa interessante, já ligada a essa questão dos estudantes, que era a luta pela meia passagem na cidade de Barra do Piraí. Um grupo de estudantes tinha se mobilizado para pressionar a câmara municipal de lá a votar uma lei que permitia pagar meia passagem e foi uma batalha na cidade em torno desse tema porque envolveu empresas de ônibus, prefeitura, a própria câmara municipal, jornais, o movimento estudantil e os empresários. Então foi uma pesquisa que eu gostei muito de fazer, então houve isso. Uma pesquisa que eu fiz na época com um colega, uma pesquisa em grupo, todas elas, foi sobre A Evasão no Curso de Ciências Sociais... a gente pegou [dados] dos anos 1970 e dos anos 1980. E aí é muito interessante porque você vê o que a ditadura fez com o curso, o pós-repressão, o pós 1973. A quantidade de gente que sai, a quantidade de suicídios, é uma coisa absurda. Então quando você vai olhar a evasão e começa a pesquisar, a tentar marcar com as próprias pessoas ou com alguns familiares delas para falar sobre o assunto, você tem uma imagem do que foi o massacre do curso de Ciências Sociais... e claro que não foi só com a gente, nesse imediato, vamos dizer, "anos de chumbo". Então foi uma pesquisa que eu gostei muito de fazer, que me deu uma dimensão maior do que era meu curso também, uma solidariedade maior com os colegas que se dedicaram àquilo. Muitos abandonaram a profissão ou nem concluíram o estudo, nem concluíram o curso, mas se tem uma profissão, que tinha, eu acho que ainda tem, um *ethos*, é a nossa. A nossa é uma delas. O sociólogo é uma delas, o cientista social é uma delas. Enfim, tive as minhas experiências de pesquisas dentro do curso, e nessa pesquisa da evasão a gente fez pesquisa de arquivo, a gente fez entrevista.

RMJ: Foi na graduação essa pesquisa?

MPD: Na graduação

RMJ: Dentro de uma disciplina? Ela foi publicada?

MPD: Não, acho que não, não foi publicada. Esse foi um estudo feito por uma disciplina de Prática de Pesquisa. E tinha a ver também com a nossa proposta, pois a gente era representante estudantil dos estudantes no departamento de Ciências Sociais. Então

conhecer mais o departamento, conhecer mais a realidade do curso, nos ajudava muito. Uma coisa que eu gostei muito de fazer também ainda na época da graduação foi que, acho que ali pelo o quarto período, 1982/2, se não me engano, o curso fez uma reforma e foi muito democrática a participação de estudantes, juntou estudantes e professores para discutir como o curso deveria ser, quais as mudanças.

RMJ: Reforma curricular que você fala?

MPD: Oi?

RMJ: Reforma do currículo, reforma curricular

MPD: É.

RMJ: E aí, já tinha esse debate? Porque eu citei essa questão do curso “três em um”, três anos de bacharelado e um de licenciatura. Essa reforma trouxe esse debate sobre a possibilidade, por exemplo, de se formar o espaço da licenciatura dentro do curso de Ciências Sociais? Eu estou dizendo isso porque é um grande debate que circunda a ideia da Sociologia escolar, da Sociologia na Escola Básica... e justamente o curso de Ciências Sociais... ele tem uma trajetória que também vai ao longo dos anos 2000 e à volta da Sociologia [ao Ensino Médio], à obrigatoriedade em 2008... mas sempre com um peso muito maior para o bacharelado do que para a licenciatura... Era assim na sua época também? Teve esse debate quando teve a reforma curricular? E aí vou insistir outra vez: a Luitgarde estava lá? Ela era uma referência? Ela traz esse debate? Ou ela ainda não estava envolvida com isso?

MPD: Pelo o que eu me lembro, a leitura que a gente tinha era de que a licenciatura era fortemente hegemônica pela Faculdade de Educação, que obrigava inclusive que a gente saísse do Centro e fosse lá para a Urca, na Praia Vermelha, para fazer as disciplinas. Então isso fazia uma separação evidente entre a formação de professores e a formação do bacharelado, vamos dizer assim, a licenciatura e o bacharelado. Porque eram dois ambientes diferentes, quadro de professores diferentes, porque os professores da licenciatura eram da Faculdade de Educação. Então havia um hiato, e esse hiato não cabia a gente resolver, tinha uma Faculdade de Educação. Então, a leitura em geral era a de que por mais que você tivesse interesse no ensino... o interesse era no ensino, não na licenciatura. As disciplinas da licenciatura eram um fardo em geral, era um fardo. A gente

tinha... Não havia muita consideração nem pela qualificação intelectual dos professores da Faculdade de Educação... eu sei que isso é preconceito, mas era a atitude, digamos assim, que existia.

LPF: Mauro, só um esclarecimento. Esse despreço pela formação intelectual dos professores da Educação, na sua percepção... e aí, mais uma vez, esse é um exercício de memória, a gente tem falhas de memória também, e isso não é nenhum problema, não é nem do ponto de vista do *status* de cientificidade daquilo que a gente está realizando nesse momento... Mas você percebia que esse despreço também partia dos professores do próprio IFCS ou isso era uma percepção dos estudantes? Como era essa relação?

MPD: Pelo o que eu me lembro era dos dois. Assim, havia um despreço pela faculdade de Educação, seja por parte dos professores, seja por parte dos alunos. Por parte dos alunos ele era muito ativo porque a gente era, o termo seria esse, obrigado a fazer certas disciplinas que na leitura da gente não tinham uma qualidade intelectual que a gente já tinha, é isso. O “três mais um” que o Roberto falou. A gente chegava para fazer Psicologia da Educação, Sociologia da Educação, no sétimo período do curso de Ciências Sociais, com uma bagagem teórica grande... Era uma bagagem teórica e política muito grande, e às vezes você topava com alguns professores que eram ritualistas para caramba, que estavam praticando um conhecimento bastante envelhecido inclusive e isso causava um desconforto muito grande. A experiência, ao contrário disso... Para vocês terem uma ideia, teve uma anedota, umas historinha que eu vou contar: a gente chegou para ter aula com a professora de Sociologia da Educação, era o primeiro dia de aula, e ela já chegou falando das "férias" dela e dizendo que ela tinha estado na África. E que a África não era nada daquilo que o pessoal mostrava na televisão, aquela pobreza, aquele negócio todo... Que a África era um “país” maravilhoso, com progresso, desenvolvido. E aí a gente, se não me engano foi a própria Paula, com sua candura cínica sobre a professora, quem perguntou: - "Mas professora em que país da África a senhora esteve?" - "Na África do Sul", disse ela

LPF: [risos]

MPD: Professora de Sociologia da Educação... É óbvio que a gente não podia ter muito apreço por alguém que faz uma fala dessas [risos]. Mas é difícil [risos]. Vai ser complicado esse negócio. Enfim, como eu falei, eu era muito assim... Então é... O

professor chegava e botava um texto para a gente ler, eu lia o mais seriamente possível e tentava tirar de melhor do que tinha naquilo. Então foi a minha experiência com Psicologia da Educação para ler Carl Rogers, para ler Skinner, para aprender uma série de coisas. Sociologia da Educação... ler um pouco do Bourdieu. Então havia uma bagagem que estava muito mais nas leituras que propriamente na qualidade das aulas ou na leitura que o professor ou que a professora pudesse apresentar para a gente... mas havia uma formação que eu não desprezo, não desprezo mesmo. Agora, um bonito nessa história, e aí para falar de Sociologia no Ensino Médio... Realmente a Sociologia no Ensino Médio, nessa reforma do ensino [ocorrida no IFCS], me parece que ela passou muito, muito, muito por fora, até porque a gente percebia que na licenciatura a gente não tinha muito o que fazer, isso estava na mão da Faculdade de Educação. Mas na Faculdade de Educação nós tivemos duas professoras, que foram a Hebe Matos e a professora Maria Regina, ambas antropólogas, que trabalhavam com Prática de Ensino e Didática. Elas se entendiam muito bem... A Hebe bem mais velha, a Maria Regina, se não me engano o nome dela, mais jovem, professora se não me engano do mestrado do Museu. Mas as duas com uma pegada muito interessante de adesão à ideia de educação, à vontade de trazer a Sociologia de volta, porque o termo que a gente dizia era "de volta", embora a gente soubesse que essa experiência pré-1968 tenha sido relativamente rara, que [a Sociologia] não foi tão presente assim. Mas o discurso era pela volta da Sociologia ao Segundo Grau, como se dizia na época. E essas duas professoras, a professora de Prática e a professora de Didática, foram elas que motivaram [esse debate] lá no Colégio de Aplicação (CAP) da UFRJ.

LPF: Lá na Lagoa [Zona Sul do Rio de Janeiro].

MPD: É... lá na Lagoa. E aí o que elas propuseram para a gente, para a minha turma, para a turma de 1984, foi assim: Vocês estão dispostos a implantar essa disciplina aqui no colégio, no CAP?

LPF: Mauro, uma questão: todos faziam? Todos os alunos que vinham do IFCS, na licenciatura em Ciências Sociais, faziam a prática de ensino no CAP da UFRJ, na Lagoa, ou existiam convênios com outras escolas e redes?

MPD: Só no CAP.

LPF: Só no CAP.

MPD: Para nós, eu não sei porque, como eu falei, a minha turma recebeu esse convite da Hebe e da Regina e a gente topou.

RMJ: Desculpa interromper outra vez, porque esse relato aí é revelador... você está dando uma sinalização para a gente de que o CAP da UFRJ esteve na vanguarda, provavelmente, desse retorno da Sociologia na década de 80, mesmo antes da constituição estadual tornar obrigatório. Conta um pouquinho para a gente dessa história, pois isso é muito interessante.

MPD: Então, a gente chegou lá... como eu falei, a minha turma era extremamente unida e que gostava desses desafios. Quando a Hebe colocou essa questão para a gente, a gente topou, talvez a experiência... Eu não vi a experiência das outras turmas que nos antecederam, mas provavelmente se não fosse a Sociologia, iria ser um desafio. Como é que você ia colocar a Prática de Ensino desse monte de gente? Provavelmente é disso que o Lier está falando, devia ter um convênio com as escolas para oferecer a prática em outras disciplinas na rede pública estadual. Provavelmente há isso que o Lier está falando. Mas eu não vivi isso, o que eu vivi foi: a turma topou implantar a Sociologia no Colégio de Aplicação.

O primeiro semestre de Prática e de Didática foi desenvolvendo programas e didáticas, estratégias, metodologias de como aplicar. E o segundo semestre foi de aplicação das aulas, foi isso. E foi muito interessante assim... Aquela coisa, divisão, que você falou, das áreas, foi colocado esse desafio... E aí eu caí dentro de uma biblioteca que eu frequentava muito, que era o Instituto Cultural Brasil Alemanha, ali no Castelo, e catei uma penca de livros, livros básicos de Sociologia, alguns didáticos, que não eram propriamente didáticos, mas, assim, manuais, aquela coisa toda, inclusive de Ensino Superior, que era o que tinha na época, Lakatos, essas coisas assim. Mas peguei alguns caras bons também, tipo aquele *Lições de Sociologia*, de Adorno e Horkheimer, peguei uma galera boa, Ely Chinoy... E fiquei em casa, ali, umas duas semanas, desenvolvendo um plano, um projeto de ensino de Sociologia. Quando deu a data da entrega, porque as pessoas tinham que desenvolver as suas propostas, do que seria o ensino, eu cheguei como meu prontinho, eu falei que eu era “caxias”, já fui... Cheguei com o meu prontinho, e ninguém tinha feito nada, aquelas coisas de estudantes. Tinham umas ideias...

MPD: Ninguém botou no papel, ninguém estruturou uma proposta. Eu cheguei com a proposta pronta. Era basicamente Sociologia e Política. Era gerado em torno das questões do poder e da estrutura social, era basicamente isso, desigualdades sociais, poder político e tal. Não tinha praticamente nada de cultura, etnia, identidade, gênero. O que causou imediatamente uma revolta de uma metade da turma, dizendo ‘isso não é um programa de Sociologia’. E aí foi o barato que uma parte da turma se identificou com o projeto que eu tinha proposto. Lógico que passou a desenvolver junto comigo aquele negócio. E uma outra parte da turma resolveu fazer um projeto mais afinado com a Antropologia, com os sistemas das identidades e das identidades culturais, de gênero, etc. A gente se dividiu. Então, em vez de um projeto, foram dois. A gente dividiu as turmas no CAP, em uma turma foi aplicado um projeto e na outra turma foi aplicado o outro.

LPF: Eram duas turmas? Na sua lembrança?

MPD: Foram. Se eu não me engano duas. Não tenho certeza se teve mais de duas. Eu acho que foram duas turmas do terceiro ano.

RMJ: Era isso que eu ia te perguntar. Então em 1984 a gente pode dizer que existiu uma experiência piloto de ensino de Sociologia no CAP da UFRJ?

MPD: É isso, capitaneada pelas professoras Hebe e Regina.

RMJ: Eu acho que a gente nunca... Eu pelo menos desconheço, Lier também... A gente nunca tinha tido esse tipo de registro histórico, não é Lier?

LPF: Claro...

MPD: Vocês vão entrevistar a Paula que era minha namorada nessa época, e a gente fazia tudo junto. Então ela vai lembrar disso bem, talvez até melhor do que eu. Porque nessas questões, por exemplo, da identidade, de gênero e tal, ela era muito mais atenta, então ela deve lembrar mais da outra proposta.

RMJ: Vou te fazer uma pergunta, por acaso você tem algum documento relacionado a isso? A essa época?

MPD: Acredito que não. Sabe como é que é...

RMJ: A gente pode tentar ir ao CAP da UFRJ atrás disso, de repente... Um arquivo..

LPF: Vai que encontra esse teu projeto inicial, piloto.

RMJ: Guardado lá...

MPD: É, existiu. [risos]

RMJ: Certamente a gente vai lá atrás disso...

MPD: Eu não duvido que possa estar lá não...

RMJ: A gente vai. É... garimpar esse projeto lá. Mas continua, fala para a gente [sobre esse trabalho].

MPD: Então, a gente já tinha uma parte do grupo. O grupo que fez a licenciatura. Já aí para o final desse sétimo período, 1984.1. A gente estava determinado a se profissionalizar nessa área. Na verdade... A gente estava atirando em várias direções...

LPF: Você me dá um parênteses, Mauro? É o seguinte: a tua turma no bacharelado, você se lembra inicialmente, quantos eram e quantos foram para a licenciatura, aproximadamente?

MPD: Quantos eram no primeiro período... Entravam cinquenta. Eu acredito que na licenciatura nós éramos 24/25.

LPF: Metade da turma mais ou menos.

MPD: Sim. Considerando que muita gente já tinha saído.

LPF: Tá.

MPD: Mas assim... Entraram alguns outros. E aí a turma da licenciatura era uns vinte e poucos, porque eu me lembro que a gente fez o concurso da rede municipal, que teve um concurso em 1984. E passamos, acho que dois para História e vinte para Geografia.

LPF: Foi o teu caso.

MPD: Foi o meu caso.

RMJ: O concurso era aberto para estudantes de Ciências Sociais?

MPD: Bom, é... Para história da humanidade digamos assim... Naquela época, você tinha a carteirinha do MEC e a gente tinha que escolher algumas habilitações. O curso de Ciências Sociais permitia à gente escolher Estudos Sociais, que é no ensino primeiro grau [Hoje o Ensino Fundamental II], OSPB no segundo [Hoje o Ensino Médio], Sociologia no segundo, embora ela não existisse praticamente, e Geografia econômica no segundo.

E acho que Educação Moral e Cívica, também... Tínhamos 5 opções. Eu optei por Estudos Sociais, Sociologia e OSPB. E aí como Estudos Sociais... Bem, naquela época o Rio de Janeiro resolveu voltar para a divisão entre História e Geografia. Nós tínhamos autorização para fazer História e Geografia. E aí eu e boa parte da turma optamos por fazer o concurso de Geografia. Acho que havia só dois colegas que fizeram história e passaram, enfim... Então já ali, dá para dizer que ali, esse concurso se não me engano, a inscrição foi... Se não me falha a memória, ali por maio de 1984. Então dá para dizer que já no primeiro semestre da licenciatura a galera já estava antenada por essa perspectiva de profissionalização e trabalhar na área. Mas eu tentei outras coisas. Eu tentei por dois anos consecutivos ser bolsista do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mas parece que meu perfil não agradava muito a eles, porque eles me reprovaram duas vezes na entrevista [risos]. Eu tentei...

RMJ: Era uma bolsa para qual área? O CPDOC ele tinha... Trabalhava com documentação, dicionário... Aquela época não sei se já existia...

MPD: Abria para História, mas abria também para Ciências Sociais... era para trabalhar com pesquisa na área de História e Política. Mas, enfim, tentei o IBGE, estágio no IBGE. Passei muito bem, inclusive na seleção do estágio. Só que aí o senhor Antonio Delfim Neto extinguiu todos os estágios, exceto em Informática e Economia, ou seja, Ciências Sociais dançou de novo [risos]. Eu tentei outras coisas além de ser professor, tentei estágio em outras áreas e no início a minha intenção era ser um profissional de uma dessas instituições: O [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] IBGE ou a própria FGV. Alguma coisa do gênero...

RMJ: Mauro, desculpa interromper, porque acho que a gente está fazendo essa passagem para esse ponto da carreira. Em algum momento aí acho que vai começar a aparecer a APSERJ.

MPD: Então, é... Vai...

RMJ: Deixa eu só... Só para gente tentar fazer essa passagem, que você falou que “no final do curso de Ciências Sociais a gente fazia os concursos para as instituições que recebia os cientistas sociais, o IBGE, o CPDOC da FGV” você poderia ficar dentro do curso fazendo a carreira de alto desempenho, imagino que para alguns também tenha sido uma opção, fazer mestrado, doutorado. E você podia ir para a área de ensino, que, apesar

de a Sociologia não estar presente no currículo, você tinha disciplinas similares. Inclusive muita gente diz que OSPB, na verdade, desmente a tese da intermitência na medida que os conteúdos que eram oferecidos pela OSPB, eram conteúdos de Sociologia. E aí você fez a opção pela educação, pelo ensino, aí imagino que você vai chegar na APSERJ.

MPD: Isso.

RMJ: E aí, só para antes de você começar, a APSERJ é um ponto longo que a gente tem interesse particular nele. Eu vou citar só os três primeiros para você tentar fazer essa transição, seriam: Como é que você conheceu a APSERJ, nesse ingresso no ensino, na área de ensino, na Escola Básica? E como é que vai...? Imagino que nesse momento, também, a luta pela implementação da Sociologia, ela começa a ganhar vulto, campanhas ou pelo menos começa a aparecer mais nos movimentos sociais, sobretudo na área de educação, o que você chamou de volta para a Sociologia no Segundo Grau. Se você falar um pouco sobre isso, fazer essa passagem, seria legal.

LPF: Mauro, só para não te interromper na sua sequência, não deixa de pontuar um pouco a sua passagem pela Federação [Nacional dos Sociólogos] também e de como é que era... Você foi diretor da APSERJ, mas também foi diretor da Federação. Então, até para pontuar para a gente, explique como era essa relação, as associações estaduais, as lutas nacionais. Enfim, como é que isso dentro da sua memória, como você pode trazer isso para a gente?

MPD: Então, é... Um detalhe, ainda nesse ano de 1984, a Câmara Municipal do Rio abriu um concurso para técnico e eu fiz esse concurso também. Então, a opção pelo ensino ela é uma opção, mas é também uma contingência, digamos assim, para não ficar romantizando esse negócio, enfim... Foram feitas essas escolhas e como eu optei por fazer o concurso para Geografia, tanto eu quanto a Paula, a gente se aproximou da Associação dos Geógrafos Brasileiros, seção Rio, que resolveu fazer um curso de preparação para quem ia fazer o concurso, e a gente como era de outra área, e a gente assim... Mais importante até para nós era fazer esse curso. Foi ótimo que a gente topou com um monte de gente interessante lá na AGB/Rio, fomos colegas de AGB por um bom tempo.

LPF: Paulinho...

MPD: Paulinho, o Marquinho Valero, o Leon, um monte de gente, Silvia, Ortiz... gente que foi diretora da associação depois, muita gente boa. Enfim, e aí, acho que antes da APSERJ, a aproximação com a AGB foi uma coisa de ver como a associação era importante, e como a ABG era forte, articulada nacionalmente, com várias sessões. Então a AGB era muito interessante. Quando a gente entra para o magistério, em 1985, a gente se aproxima do sindicato do SEPE, que na época era Centro Estadual de Professores [o nome oficial era Centro de Professores do Rio de Janeiro - CEP], que depois vai virar Sindicato de Profissionais da Educação [cujo nome oficial é Sindicato Estadual de Profissionais de Educação do Rio de Janeiro - SEPE]. E aí a convivência com o sindicato, com a luta sindical... A gente pensava, "Poxa, e o sociólogo?", "Como é que está esse negócio?". O barato é que a mãe da Paula, que era professora de Letras da UFRJ e da UFF [Universidade Federal Fluminense], Maria de Lourdes Martini, ela era diretora da Anpoll (Associação de Pós Graduação de Letras e Linguísticas) e era presidente da Associação de Professores de Espanhol do Rio de Janeiro. Então tinha também um perfil de militância associativa que inspirou a gente a procurar a APSERJ. Chegar e dizer "poxa existe uma associação da gente e a gente não está fazendo nada com isso". Então, ali pelo ano de 1986, já com um ano e meio de atividade de magistério, essa coisa toda, a gente resolveu se aproximar da APSERJ, procurar a APSERJ. E chegando lá, a gente topou...

LPF: Mauro, só uma questão. Essa procura, foi uma procura sua e da Paula, não teve nada a ver com a sua turma?

MPD: Não. Fomos nós.

LPF: Legal.

MPD: Fomos nós.

RMJ: E aí, Mauro, a procura... Só para falar de referência geográficas, a APSERJ já era na rua do Catete, ali no sobrado?

MPD: Era. Ali em cima do Museu do Folclore do Edison Carneiro.

RMJ: Isso, do lado do Museu do Folclore, naquele sobradinho. Hoje é a saída do metrô.

LPF: Já era.

MPD: É... já era a saída do metrô naquela época, já estava ali o metrô. O que facilitou muito a vida da gente.

RMJ: Se você puder falar um pouquinho.. Então... dessa chegada, desses detalhes. Que a história mais... a macro história nos permite. Se puder falar um pouquinho dessa chegada na APSERJ seria legal.

MPD: Pois é, essa ida para APSERJ tem muito a ver com o clima, sim, da época. Porque 1986 é o ano da constituinte. Nessa época eu já estava muito enfiado no Partido dos Trabalhadores [PT], no sindicato, na AGB. A gente tinha um circuito já de inserção. Eu estava na Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro, na zonal Bangu, que foi onde eu militei na FAMERJ. E essa militância indicava para a gente o que? Bom, o trabalho de fazer a nova constituição era um trabalho que precisava articular forças. A ideia de ir para a APSERJ tem a ver com isso, de pensar “Bom, qual vai ser o lugar da Associação dos Sociólogos nessa mobilização, nessa discussão da nova constituinte, da nova constituição, do processo constituinte, da eleição constituinte, depois descrever a constituição?” E aí é interessante que a gente já vai... Fechadas as eleições de 1986, imediatamente está organizado um movimento, vamos dizer assim, que era o Fórum da Educação no Rio de Janeiro, que é exatamente onde se articulam esses lugares nos quais eu estava, o sindicato de professores, a Associação de Sociólogos do Rio, que eu passei a militar ali dentro, e a Associação de Geógrafos, que vai ter um trabalho legal também com a Associação de Professores de Espanhol do Rio de Janeiro, onde está a minha futura sogra depois... na verdade em 1987 já é a sogra mesmo... Enfim, tem um conjunto de questões pessoais, mas que também são políticas, que criam uma rede de lealdades, de comunicação muito interessante entre a gente. Então a ida para a APSERJ já tem a ver com essa ideia de participar politicamente. Ver o que a associação está propondo e dá uma... Só que a gente chega lá e a associação está muito enfraquecida, tem pouca gente frequentando. A diretoria está tentando não deixar fechar, porque os melhores momentos da associação já tinham passado.

LPF: Perdão. Você lembra mais ou menos quem eram as pessoas que estavam na diretoria nessa época.

MPD: Quem estava na diretoria era a Maria Helena Mendonça, que você, pelo o que me disse, vai conseguir entrevistar também. E estava Antônio Jardim, Antônio de Ponte

Jardim, que infelizmente já faleceu, e não tem como entrevistá-lo. Outras pessoas... Tinha mais gente lá mas eu realmente não me lembro. Tinham mais dois rapazes, não vou lembrar o nome deles, que tinham uma ligação com a editora [qual?], com um movimento mais intelectual nesse sentido, e tinham uma aproximação com a associação nesse sentido. Mas logo depois que eu, Paula e Otair entramos, eles saíram. Então também foram pessoas com as quais eu não convivi muito. Quem entrou mais ou menos na mesma época que a gente foi Ozeas de Gomes Laranjeiras, que foi depois presidente da gestão da qual eu participei, mas, enfim... era pouca gente.

RMJ: Você era tesoureiro nessa gestão, é isso Mauro?

MPD: Eu fui tesoureiro na gestão da APSERJ. Acho que nas duas, de 1986 até 1988, e de 1988 até 1990. E assim, como eu falei, a associação estava muito enfraquecida e isso de certa maneira, imediatamente... O fato de eu e Paula sermos professores, depois o Otair chega, também muito interessado nessa área do ensino, porque ele tinha feito uma licenciatura na Faculdade de Educação de Campo Grande (cujo nome oficial é Faculdades Integradas Campo-Grandenses - FEUC)... Enfim, aí junta um pequeno grupo, que são basicamente três pessoas, três garotos que tinham acabado de chegar na associação, mas que tinham interesse na área de Educação, e a diretoria viu nisso uma oportunidade de criar alguma coisa que mobilizasse. A gente chegou com muita vontade de fazer as coisas, então a diretoria meio que nos deu uma ‘‘carta branca’’ para participar... tanto que, teve um encontro da Associação dos Sociólogos do Brasil, a ASB, que foi em meados de 1986...

LPF: Em Curitiba...

MPD: Em Curitiba...

RMJ: O quarto Congresso [Nacional dos Sociólogos, é isso?

MPD: É. Congresso Nacional dos Sociólogos.

RMJ: É o quarto Congresso [Nacional dos Sociólogos. Está no texto do Otair...

MPD: E a gente foi eleito delegado para ir nesse evento, sendo que a gente tinha acabado de chegar. Isso mostra o grau de fragilidade que a associação estava na época. Mas foi muito importante ter ido, porque a gente viu os dilemas da associação nacional também, as fragilidades dela. E ao longo dos dois anos seguintes, de 1986 até 1988, a gente ficou

amadurecendo aquela ideia de que não dava para fazer outro encontro sem dar decisões, sem resolver, sem dar um passo adiante em termos de organização, porque a forma como a gente estava colocado estava muito precária.

RMJ: Esse encontro Mauro... Esse encontro é o que elege a luta pela introdução da Sociologia no Segundo Grau como a principal bandeira nacional?

MPD: Em 1986.

RMJ: Isso.

MPD: Em 1986 ela sai. Não sei se foi a principal bandeira, mas ela sai como uma coisa muito forte. E aí a minha participação, a da Paula e a do Otair, o Otair não estava na diretoria. Mas a nossa participação na APSERJ gira em torno da campanha pela introdução da Sociologia no Segundo Grau, na época.

LPF: É fácil perceber... Só queria que você pontuasse isso com um pouco mais de ênfase. Que a organização dos geógrafos que você encontrou na AGB/Rio era absolutamente diferente daquilo que você encontrou na APSERJ. E eu queria que você de alguma forma tentasse, ainda que sem nenhuma pretensão de verdade, explicar na sua visão, por que que eram tão diferentes? Se tinha a ver com o fato, por exemplo, da Geografia já ser uma disciplina devidamente “escolarizada” nesse sentido.

MPD: É exatamente essa minha percepção.

RMJ: Mauro, desculpe, eu acho importante que você pudesse falar, também, sobre dois eventos que de fora, para quem está de fora, parece que foram fundamentais. Mas você pode esclarecer isso para a gente. Que são o primeiro encontro e o segundo encontro que a APSERJ promoveu para organizar a luta. O primeiro encontro, em julho de 1986, imagino que você está chegando, foi para Curitiba e voltou, e organizaram o encontro. E o segundo encontro, em 1988, fala um pouquinho disso.

MPD: Eu acredito... A memória não vem assim tão perfeita... Mas eu acho que o primeiro encontro, ele talvez tenha sido o que tirou a gente delegado, não? Eu acho que ele acontece antes, não?

RMJ: Pode ser, eu não notei essa diferença.

MPD: Pelo o que eu me lembro, eu acho que sim. O encontro acontece antes do encontro do Congresso Nacional. E aí, quando a gente volta de Curitiba, volta com uma determinação de fazer as coisas acontecerem. E aí sim, que vai ter o segundo encontro, que é em 1988?

RMJ: 1988.

MPD: E vai ter o encontro de licenciatura. Que já era uma questão para a gente importante. Só para mapear um pouco a questão da APSERJ, que é o tema que interessa. A leitura que a gente fazia... Quase todo mundo era cutista, muita gente fortemente ligada ao PT, mas nem todo mundo... Mas a ideia da CUT era uma coisa importante, a APSERJ era ligada à CUT. Nós tivemos, acho que a primeira presidente da APSERJ, a Izabel Picaluga, foi diretora de educação da CUT, umas das mentoras do instituto Cajamar. O vínculo da APSERJ com a CUT, é um vínculo muito evidente. Luiz Fiore estava na APSERJ nessa época.

LPF: Luiz Carlos Fiore.

MPD: Ele era fortemente sindicalista, cutista, ele era um cara que dava esse tom dentro da APSERJ. Então, o que a gente percebia, que se a gente quisesse realmente caminhar para um sindicato dos sociólogos, como é que ficaria a questão do ensino? Porque a legislação que confere à gente o título de sociólogo só reconhece o bacharel, é a habilitação que nos confere, o título é bacharel. O licenciado não está colocado como sociólogo, a legislação não prevê, e, portanto, não prevê sua sindicalização. Isso é um ponto. O outro ponto é que os professores de nível superior, especialmente os de universidade, não se identificavam também com a APSERJ, porque eles tinham suas associações docentes. Então o sindicato de lutas, digamos assim, dos colegas que estavam nas universidades, eram as suas AD's. Então ficava pouco espaço para um movimento sindical típico, pelo menos no Rio de Janeiro, que nós tínhamos muito poucos colegas contratados como técnicos-sociólogos, como profissionais de nível superior, mas na atividade não de ensino. Isso era um dilema que a gente tinha, que fazia com que... Principalmente a gente que era professor, a gente dizia ‘Bom, como é que a gente vai integrar, de um lado, os licenciandos que tinham uma pauta muito forte reivindicativa, na qual a APSERJ era sua principal referência de organização, e que não podiam se associar? E os estudantes que já começavam a se mobilizar também dentro dos cursos, e tinham

também a APSERJ como referência, mas eles também não podiam se sindicalizar porque eles eram estudantes?’’ Nós éramos bacharéis, mas também éramos professores.... Então dois debates que apareceram muito nessa época foram: Qual *status* a gente ia atribuir para a APSERJ, se a gente realmente ia caminhar para ser um sindicato, e aí se submeter à legislação ou a gente ia andar para trás na leitura dos caras, que era voltar a ser uma associação civil, como foi antes a ACISERJ [sigla da Associação dos Cientistas Sociais do Rio de Janeiro], e aí, permitir que licenciados, estudantes pudessem se filiar, como era a AGB? A AGB não é um sindicato dos geógrafos, o sindicato dos geógrafos, bom... Tem o CREA, e tem, sei lá, o sindicato. A AGB não é um sindicato, mas é uma instituição extremamente influente. Então para nós, o exemplo da AGB é um exemplo muito poderoso.

LPF: Então retorna aquela questão da AGB, como você notava a diferença, a que você atribui essa diferença, entre a organização da AGB e dos sociólogos.

MPD: Então, a leitura que a gente tinha era muito isso, que se a gente quisesse criar um lugar do sociólogo na cultura brasileira, no popular do Brasil, se a gente quisesse inserir a Sociologia na vida da sociedade brasileira, a gente tinha que estar na Educação Básica. Enquanto a gente ficasse só nas universidades ou nos institutos de pesquisa, a gente ia ter um grau de visibilidade, uma capacidade de influência muito menor. Para alguns, a leitura que a gente fazia era satisfatória, os caras buscavam suas estruturas de poder no CNPQ, na CAPES, na SBS, na ABA. E estava bem, estava bom. As estruturas de poder que eram relevantes para os colegas que estavam em alguns lugares bem colocados. Mas para a massa de cientistas sociais formados, não tinha. Você não tinha uma inserção profissional, não tinha quem lutasse por isso, não tinha visibilidade.

Então realmente, a estratégia não era só colocar a Sociologia no Ensino Médio ou no Segundo Grau para ter emprego, muita gente acusou a gente disso, até porque a gente podia fazer concurso para Geografia, para História, pelo menos até um certo momento, depois isso foi cortado. ‘‘Só para ter emprego’’ como se isso fosse absolutamente irrelevante [risos]. Mas enfim, mas era para você ter um lugar, de onde você pudesse falar para a sociedade. Eu brincava muito nessa época e continuo dizendo isso hoje: mais importante que o sociólogo, que a Sociologia no Ensino Fundamental ou no Médio, é o sociólogo na escola. Eu brincava com isso, eu achava que a cultura escolar poderia ser

modificada ou ia receber um impacto da presença de profissionais nossos. E aí também sempre defendi o filósofo e o psicólogo nessa brincadeira, dentro da escola. Mas não o psicólogo, aquele cara do SOE, do serviço de orientação escolar, o psicólogo professor, em contato com os alunos. Eu acho que a gente traz uma cultura diferente e uma dinâmica de como lidar com os conflitos, como lidar com as questões que estão colocadas no ambiente escolar, a gente traz pautas diferentes para o debate. Eu não tenho dúvida nenhuma que se a gente está discutindo raça, gênero, essas coisas, tudo bem. O pessoal das outras áreas da história, da Geografia, Língua Portuguesa, Inglês, podem fazer isso. Mas quando entra a Sociologia, quando entra a Filosofia, o negócio pega uma dinâmica diferente, é mais pesado com a gente. Eu não tenho dúvida nenhuma que, muito do que tem de interessante na escola hoje tem a ver com a presença do sociólogo e do filósofo dentro da Educação.

LPF: Mauro, só uma questão. Na sua fala você deixou uma brecha para a gente pensar que você está defendendo, postulando, de alguma forma, chancelando, uma licenciatura em Psicologia, e isso não existe.

MPD: É. A gente defendia a presença da Psicologia na Educação, no Ensino Médio, e isso existia. Agora normalmente era o que? Eram aqueles caras, os tais fundamentos, que acabavam dando isso.

LPF: Na Escola Básica, para o cara atuar como professor, ele tem que ter licenciatura, e não existe, salvo melhor juízo, licenciatura em Psicologia no Brasil. Você está abrindo um campo para pensar na possibilidade que seria uma luta...

MPD: Mas essa discussão está colocada lá em 1980 e pouco. A gente não falava só de Sociologia e Filosofia não. A gente falava de Sociologia, Filosofia e Psicologia.

LPF: E tinha alguma articulação com entidades na área da Psicologia ou essa era uma questão de vocês, uma perspectiva própria, que veio dessas suas leituras de Psicologia na licenciatura. Como é que era isso?

MPD: Eu realmente não me lembro de alguém articulando isso na Psicologia. Eu acho que isso estava no debate mesmo do ambiente. Eu não me lembro de entidades, não me lembro não. No Fórum de Educação... entidades da área da Psicologia... não me lembro, não. Esse seria até um material interesse de se olhar, se está em algum lugar. O material

do Fórum de Educação, que é um movimento muito interessante desse período de 1987, que é o período da constituinte 1987-1988. Eu realmente não tenho ideia de onde é que pode estar isso.

RMJ: Mauro, Lier e Gracielle. Eu queria ver se a gente puxava...

MPD: Roberto, está muito baixinho o teu som.

RMJ: É... Melhorou?

LPF: Melhorou.

RMJ: Eu queria ver se a gente puxava o debate outra vez para esse lado... Você falou um pouquinho do sentido da Sociologia na escola, da importância. Mas se você pudesse falar, que você já estava falando disso, mas a gente meio que foi para outro caminho... Quais foram os acontecimentos-chave para esse processo de debate? E imagino que a luta pela implementação da Sociologia começa a aparecer... Você falou da constituinte. A gente falou do encontro, do congresso de Curitiba, depois do primeiro e do segundo. O que está acontecendo nesse período que deve ir de 1986, a gente vai chegar lá em 1989, acredito que você esteja ainda nesse processo. Quais foram os principais acontecimentos que você pode citar e que influenciaram sua trajetória, por óbvio, nesse momento? E... A gente está com a constituinte, tem a constituição em 1988. Mas no Rio de Janeiro também, em particular, que é o que nos interessa bastante. O que está acontecendo? Aí depois teve o sétimo Congresso Nacional, em Salvador... Se você pudesse citar referências de acontecimentos-chave que você lembra, associando a APSERJ, a luta a Sociologia, da inserção da Sociologia.

MPD: Pois é, então, essa experiência do movimento Pró-Participação Popular na Constituinte, que juntava toda a discussão da constituição e do Fórum de Educação. A partir disso, começa a borbulhar uma série de coisas. Tipo assim: O que a gente quer que esteja da constituição? No capítulo de Educação... Aí, é uma escola para a gente, para um monte de gente que participou daquilo. Claro que eu estou ligado à APSERJ e à AGB, mas principalmente ao SEPE, o sindicato de professores. A gente está discutindo a natureza da Educação, a importância dela.

E o papel da gente, eu e Paula, estamos fazendo esse pêndulo entre as instituições. Tentando levar essa aliança em torno de uma pauta, que é: Onde está a Sociologia no

Ensino Médio, no Segundo Grau?. A gente chega a sair com alguns documentos. Eu me lembro que a Globo lançou através da Cultura Inglesa. Ela lançou uma propaganda, um *outdoor*, coisas de televisão. Defendendo a obrigatoriedade do Inglês. E aí a propaganda era "A língua de Shakespeare". E a associação de professores de espanhol, que defendia o Espanhol, ou que pelo menos houvesse uma obrigatoriedade de uma língua estrangeira, e abrisse um leque para algumas línguas, francês, inglês ou espanhol, e algumas outras. A associação de professores de espanhol respondeu dizendo que, infelizmente, o inglês que a Globo defendia, não era o inglês de Shakespeare, mas era a língua do imperialismo. E aí chamando a questão do espanhol para a latino-americanidade, da nossa trajetória de luta. Para vocês terem uma ideia de como era o clima nesse período de 1987-1988, o negócio era interessante. Então é isso, tem uma... Principalmente por conta do SEPE, que fez greves também, enormes nesse período. Teve a assembleia do SEPE, foi o Maracanãzinho lotado, assembleia dos professores da rede estadual e municipal juntos, tipo com quase vinte mil pessoas. Foi um movimento de professores, um negócio assim... Alucinante...

A quantidade de eventos que a gente tinha das nossas áreas específicas ou das regionais. Eu participava de uma regional do SEPE, que era a regional de Madureira, a gente fazia palestras e debates para nós mesmos, para os professores. E aí chamava o público. Uma palestra da regional de Madureira no SEPE dava 200 pessoas. É um momento de alta mobilização política, de muito interesse em discutir temas políticos. E aí esse ambiente intelectual e de militância permitia a gente multiplicar as nossas forças, porque havia um grau de solidariedade entre os movimentos muito grande também. Essa é uma das coisas que a gente lamenta. Quem viveu a década de 80 como militante, lamenta. Que a gente se fragmentou tanto, a gente está tão sozinho. Quando no passado a gente tinha uma capacidade de colaborar maior. O processo constituinte é isso para gente... tomara que no Chile os caras vivam o que a gente viveu, e isso realmente ajude a rediscutir a cultura do país. Que foi o que a gente viveu no final dos anos 80.. [risos]. Mas enfim, então é... a gente entra nesse movimento, a APSEJ também, criando várias palestras nas faculdades, nas escolas. Então nós fomos muito na UERJ, na PUC [Pontifícia Universidade Católica], fomos naquela faculdade de Ciências Sociais que tinha ali em Friburgo, fomos a Itaperuna, na FEUC, na UFRJ. Fizemos evento na UFRJ, um dos encontros foi lá, o encontro de ensino e licenciatura foi na UFRJ.

LPF: Mauro, aproveita e fala um pouco para a gente... se você puder lembrar alguns nomes seria interessante. Porque, assim, em uma parte da tua fala ficou claro essa cisão que a gente tem muito forte entre o bacharelado e a licenciatura, com desprestígio bastante intenso das licenciaturas em relação aos bacharelados. Por um outro lado, você fala: olha, naquele momento de mobilização, a rediscussão da Educação. A gente ia às universidades na qualidade de APSERJ ou de AGB, enfim, mas enquanto APSERJ, que é referência do nosso encontro aqui. A gente ia nas universidades. Então você falou “íamos na UFRJ, íamos na UERJ, íamos não sei aonde”. Quem eram os interlocutores nesses espaços? Já que a gente sabe que em grande medida o conjunto dos professores que estavam articulados em outros núcleos de poder, como você mesmo pontuou, não tinham esse interesse tão grande pela licenciatura e mais particularmente pela escolarização da Sociologia. Alguns até são contrários, como o caso do nosso ex-presidente FHC.

RMJ: Mauro, eu também... Só pegando o gancho, como é que era essa recepção? Óbvio que vai estar dentro dessa questão dos interlocutores. Vocês chegavam lá para dar uma palestra sobre a reinserção da Sociologia? Quem ia? Eram os estudantes? Eles ficavam animados? Professores do departamentos de Ciências Sociais, como se posicionavam. Como é que era isso?

MPD: Então, em geral não enchia não. Não tinha tanta gente assim nos eventos. Mas a gente, quando ia, a gente era articulado com aqueles colegas que eram associados da APSERJ e que eram professores. Então tem o Santo Conterato na Federal Fluminense. O que mais? Tinha o Sérgio, tinha Lúcia [Maria Lúcia Pontual Braga], eu não vou lembrar os sobrenomes deles.

LPF: (não entendi), Sérgio, Santo, Ronaldo Coutinho...

MPD: Ronaldo, que foi alguém importantíssimo para nós na articulação das ideias para debater na época do Conselho Estadual de Educação. Ronaldo foi fundamental para a gente. Aí é o barato, o colégio de aplicação da UERJ foi um dos grandes apoios da gente na campanha da constituinte estadual.

RMJ: Você lembra quem estava lá?

MPD: Ai eu não vou lembrar do nome.

LPF: João Trajano?

MPD: Hein?

RMJ: João Trajano já estava lá?

MPD: Trajano já estava lá sim. Acho que sim. João Trajano. É... Mas, enfim, o CAP...

LPF: UERJ

MPD: Da PUC eu não vou lembrar, não vou lembrar quem é que estava... Mas, enfim, tinha um conjunto de colegas que eram ou professores da casa ou que tinham sido estudantes de alguma dessas universidades, e que tinham acesso aos professores, que articularam com a gente essas coisas, a gente não fazia essas coisas sozinhos.

LPF: Na UFRJ, você não lembra de ninguém?

MPD: Luite. Mas aí eu acho que a Luite, nessa época, eu acho que ela já estava na UERJ também. Quem mais da UFRJ? Eu acho que a própria Glaucia Villas Bôas foi uma das pessoas que deu apoio para a gente, não sei se tanto pela questão ou pela afetividade que eu acabei de dizer que ela tinha pelo grupo, enfim. Eu realmente não vou lembrar dos nomes das pessoas. Tinha um círculo, bom, importantíssimo no processo todo. Importantíssima foi Moema Toscano. A Professora Moema Toscano era um destaque, com um livro publicado de Sociologia da Educação, era uma figura extremamente respeitada e ela abraçou a causa, deu palestra, escreveu artigos, fez um monte de coisas. Então foi uma pessoa importante. Quem dava suporte.

LPF: E defendeu a Sociologia no processo de constituição do estado do Rio de Janeiro, foi ela quem fez a defesa, a fala de defesa. Acho que você estava lá.

MPD: Isso. O Ronaldo participou do debate, mas a fala mesmo, assim, vamos dizer, mais institucional, foi da Moema. Mas, enfim, teve muita gente interessante nesse processo, mas eu realmente não vou lembrar.

LPF: Uma pergunta interessada: e você, como ex-aluno, no Pedro II, tinha alguma interlocução nesse momento?

MPD: Eu sinceramente não me lembro do Pedro II nessa história. Eu vou topar com o pessoal do Pedro II naquele processo do concurso, que o Pedro II vai fazer em 1992. Vai ser acho que a primeira vez que eu vou ver o Pedro II envolvido nessa discussão. Tinha um colega que, se não me engano, estava como uma espécie de substituto, estava com

vínculo provisório no Colégio, mas era um cara que tinha livro publicado, tinha muitos anos de experiência de magistério. Como é que era o nome dele gente?

LPF: Benjamim?

MPD: Oi?

LPF: Benjamim Marcos Lagos?

MPD: Benjamim, isso. Que foi quem passou em primeiro lugar no concurso. Eu fiquei em segundo nesse concurso de 1992. Acabou que me chamaram aqui na federal do Espírito Santo, e eu vim para cá, saí do Rio. Mas é disso que eu me lembro. Eu não me lembro do Pedro II antes nessa conversa.

RMJ: Mauro, tudo isso que você está falando... Desculpa, porque eu estou meio colando aqui no artigo do Otair. Que está girando em torno do grupo de trabalho que a APSERJ monta para levar a frente a campanha pela volta da Sociologia no Segundo Grau. Então imagino que o processo é: as visitas às universidades, fazer campanhas, os professores começam a se aproximar, os estudantes também. E aí começa o processo de participar do Conselho Estadual de Educação, para redigir também uma proposta para a Constituição Estadual, que vai culminar, um pouco mais na frente, lá em 1989, na aprovação da obrigatoriedade da Sociologia na Constituição [do Estado do RJ]. Podia falar um pouquinho disso aí.

MPD: No encontro de 1988, no Congresso Nacional de Sociólogos de 1988, lá na Bahia, vai um grupo daqui do Rio, daí do Rio [risos], mais organizado que o de 1986. E a nossa pauta é muito essa coisa do ensino. A gente não foi com intenção de assumir Federação Nacional de Sociólogos [FNS], assumir o comando do movimento nacional dos sociólogos, nem de longe. Inclusive quando a gente voltou do encontro tendo assumido o Congresso, tendo assumido esse acordo, esse compromisso, A gente foi muito criticado dentro da ASPERJ, porque a gente não saiu do Rio com essa determinação. A gente foi pensando na campanha da Sociologia. Então, nesse encontro de 1988, acabou saindo um acordo, meio que um ‘racha’ dentro do movimento dos sociólogos, em que a gente cria a Federação Nacional de Sociólogos. É uma proposta que nós, do Rio de Janeiro, apresentamos. Inclusive o documento está lá escrito ‘Proposta do Rio de Janeiro’. Eu defendo essa posição, Paula defende isso no congresso. Acaba sendo aprovado com uma

diretoria dividida entre Rio e Minas Gerais. Uma diretoria provisória para criar a Federação, para fazer aprovar um estatuto, uma série de coisas e dali a um ano um encontro que aconteceu em Natal em 1989. Então de 1988 a...

LPF: As que levam à criação da Federação Nacional naquele momento, rompendo com esse grupo que constituiu o Congresso Nacional. A questão da Sociologia tinha a ver com isso? A questão da Sociologia do Ensino Médio tinha a ver com isso? Fala um pouco para a gente dessas razões?

MPD: Eu acho que tem mais a ver com o vínculo cutista. Essa ideia de que tinha um grupo muito determinado a entrar nas lutas, a participar mais ativamente da vida política, mas não a partir do prestígio da vida individual ou de uma outra organização, de que você como intelectual fizesse parte. Tinha... Para brincar com Max Weber, nós tínhamos os nossos notáveis, para os notáveis, o prestígio pessoal ou no máximo para o seu pequeno círculo, era suficiente para inserir esse cara em uma discussão e ele ser ouvido. Agora vinha uma pauta mais... Exagerando também o uso de Weber, de massa, que não é massa, mas dos anônimos, pessoas que não tinham essa luz própria, que pensava o movimento como um movimento coletivo, de um grupo, de uma categoria profissional. E não do intelectual A, do intelectual B, que tem essa ou aquela preferência política, esse ou aquele círculo de relações. E esse foi o choque na minha leitura no Congresso dos Sociólogos. Um choque entre quem tinha uma perspectiva de uma coisa mais, não digo de massa, porque não seria de massa, mas coletiva. E uma outra que pensava aquilo ali como mais um espaço de visibilidade pessoal, de prestígio intelectual próprio, etc.

LPF: Seria um caráter mais acadêmico ou um caráter mais profissional? A gente poderia tentar essa chave, como se fosse um tipo ideal weberiano.

MPD: Tinha um acadêmico. Quem pega lá, as polêmicas da Federação Nacional dos Sociólogos... assim que terminou o congresso, começou o "quebra pau". Aí você tem, por exemplo, o Vinicius Caldeira Brandt, que tinha sido o presidente do Sindicato dos Sociólogos de São Paulo, mas que era radicalmente contrário à criação da Federação. Vai entender... Mas Vinicius era isso... Ele era querido por uma parte da esquerda, inclusive petista, mas que era visto como um "lume", como um intelectual brilhante, aquela coisa assim. E esses caras, eles tinham a impressão, a leitura, de que a organização de massa, novamente com todas as aspas, embotaria a liberdade desses caras, que são gênios, que

são fantásticos, que a gente ia acabar criando um “comitê central” da Sociologia, digamos assim, para burocratizar tudo e ficar cerceando a opinião das pessoas.

LPF: Mauro, isso tinha a ver com rejeição de alguns desses caras, desses nomes, à criação, por exemplo, de um Conselho Federal de Sociologia?

MPD: A mesma ideia.

LPF: O caso, por exemplo, da Isabel Picaluga, que você citou em algum momento na sua fala. Acho que ela era uma dessas pessoas, que tinha uma matriz cutista muito forte, que tinha uma militância na APSERJ, foi a primeira presidente, você trouxe essa memória para a gente. Mas a Isabel Picaluga, ela... Até onde eu sei, ela era contra os conselhos, ela entendia que isso era parte daquela estrutura getulista, enfim, ela tinha até livro sobre isso, se não me engano.

MPD: A leitura que a CUT fazia dos conselhos, era que se os conselhos criados por lei federal, sendo a sua primeira composição saída de uma indicação do Governo Federal... dá para entender que durante a ditadura as pessoas tenham sido contra o Conselho. Depois essa questão vai começar a esquentar de novo no movimento, 1986, 1988, 1990. E muita gente que era cutista, que era contra os conselhos, foi meio que revendo essa posição ao longo do tempo. Porque uma leitura do Conselho era isso, que ia ser um apêndice mais ligado ao Governo Federal do que propriamente à categoria, e que poderia, sim, virar um problema para nós e para o movimento. Já a Federação não, ela seria um órgão criado a partir dos sindicatos... eleita a diretoria dentro dos nossos congressos. Então era outra coisa, completamente diferente. Eu mesmo fui um dos que me opus ao Conselho durante algum tempo, e depois cheguei à conclusão de que seria muito importante tê-lo criado. Mas aí... Enfim, o tempo já passou. A gente não criou e estamos aí até hoje sem ele. E sem uma regulamentação decente da profissão. A gente tem aquela lei genérica, difusa, que não ajuda muito a gente a profissionalizar a nossa área. Mas enfim, essa é uma outra conversa. Mas a polêmica...

RMJ: Mauro, desculpa insistir nesse ponto, não sei se você quer continuar falando, mas esse é um debate importante, que até tem texto da década de 90, sobre profissionalização, que entra nesse debate, que é da... Fugiu o nome dela agora, daqui a pouco eu lembro aqui, pego uma cola. Mas eu queria ver se a gente conseguia voltar àquele processo que eu falei, da campanha, da APSERJ, entrando com as principais entidades que estão à

frente da campanha pela volta da Sociologia. O texto do Otair cita FASE, ONGs, as associações docentes da UERJ, como é que foi a campanha de assinatura. Se você pudesse fazer uma fala do que você tem de memória até a votação em 1989. Seria, acho, bem interessante a gente dar uma conectada no que você falou até agora com esse processo da volta.

MPD: Então, quando sai então a Federação e a diretoria está com o Rio e Minas, meio que uma das pautas que a gente se coloca na Federação é a campanha, já aí sim. Já estamos em 1988. A campanha pela Sociologia. Campanha nacional. Porque a gente está com a constituinte andando nessa época, se não me engano, não vou lembrar a data exata do congresso de 1988, mas foi bem no meio do ano, se não me engano, foi em maio. Então...

LPF: Outubro.

MPD: Oi?

LPF: A constituição é de outubro.

MPD: Pois é, então a gente estava aí num momento... E é isso. Então vai ter uma aceleração dessa coisa. A gente vai produzir cartazes, *bottons*. Aí já com o pessoal da diretoria da Federação. Um colega nosso, Tarcísio, se não me engano, lá de Minas Gerais, é meu colega de diretoria. Ele consegue uma arte, que é aquele cartaz do Segundo Grau, aquele dois em romano, lá. Eu no Rio, consigo gráfica para fazer os cartazes. Uma empresa de camisetas para fazer as camisetas da campanha e *botton*. E a gente começa com essa coisa de ir nos lugares, principalmente nos professores, e botar a camisa, botar o *botton*, botar os cartazes em vários lugares, usar os cartazes como uma forma de fazer os eventos. Botar o cartaz, chamar para o evento, chamar para a criação da Sociologia. E sim, já há a coleta das assinaturas, aí entra todo esse grupo. Quer dizer, a gente fez o Fórum de Educação. A gente fez um documento com as nossas reivindicações, com aquilo que a gente pretendia. E aí os movimentos se ajudaram uns aos outros a coletar as assinaturas. Era a proposta do Fórum de Educação. Então a gente foi para a praça pública, no Centro, na Praça Saens Peña e numa série de outros lugares para coletar as assinaturas. Eu não me lembro mais agora qual era o número, mas era um número pesado.

RMJ: Três mil e tantas assinaturas para um aditivo, uma emenda popular aditiva.

MPD: No plano federal, a gente fez isso também... Não me lembro exatamente se já com a Sociologia, mas fez. E foi rejeitado tudo de uma tacada só. Toda a proposta do plenário pró-participação popular foi jogada na lata do lixo na nossa frente.

LPF: Em Brasília vocês tinham alguma articulação? Com parlamentares?

MPD: Sim, o pessoal... O mesmo grupo que sustentou a campanha aqui no Rio, sustentava no plano nacional, PT, PCdoB, PDT, eram os principais, PSB, eram o grupo, e o PV, o Partido Verde. Eram os caras com quem a gente podia contar. Havia alguns caras de esquerda dentro do PMDB, dentro de outros partidos, mas os que davam sustentação mesmo às propostas populares eram esses... e foi quem deu na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Dos setenta, se não me engano, dos deputados estaduais, tinha uns onze que estavam com a gente, Jandira Feghali, Milton Temer... Dos prestistas que tinham, Acácio e... Não vou lembrar todo mundo, mas enfim, Heloneida Studart. Uma série de...

RMJ: Acácio Caldeira que você fala?

MPD: Sim.

RMJ: Foi o que... Foi o deputado que... A autoria do projeto é dele.

MPD: Isso. Na verdade a autoria é nossa, a assinatura é dele. [risos]

RMJ: Sim, sim. Claro.

MPD: Mas isso é que foi bonito. Os deputados se dispuseram a encampar as propostas que tinham sido rejeitadas também aqui no Rio de Janeiro, e assinar e dizer “não, nós vamos reapresentar”. Foi muito bonito isso, foi uma atitude bem legal. Acho que o Godofredo Pinto, acho que era deputado nessa época, e que foi presidente do SEPE, quando era SEPE com “C” ainda, professor e tal. Teve um grupo... Mas era isso, eram 11 em 70, mas esse pessoal conseguia fazer barulho e fazia barulho por conta disso. Principalmente a galera da UERJ resolveu, porque tinham um interesse muito próprio, no caso a constituinte estadual. Havia uma discussão muito forte sobre o financiamento da UERJ, porque não era estável, não era garantido o financiamento da UERJ. E aí o movimento da UERJ foi para garantir verbas para a Educação Superior na Constituição do estado do Rio de Janeiro. E conseguiu. A gente conseguiu aprovar 6% do orçamento

de tributos para a Educação superior no Rio de Janeiro. Que era uma coisa louca. E ainda colocamos mais 2% para ciência e tecnologia, para amparo da ciência e tecnologia.

LPF: Via FAPERJ?

MPD: Oi?

LPF: Via FAPERJ?

MPD: Daí vai sair o fortalecimento da FAPERJ e vai sair a UENF. Que se vocês lembrarem, o Darcy Ribeiro nunca concordou com aquela história dos 6% da Educação Superior ir para a UERJ. Ele achava que aquilo ali era dinheiro demais para a UERJ. E aí como ele já tinha uma vocação para isso, criou uma outra instituição.

RMJ: Ele nunca foi executado. Desculpa. Esse orçamento nunca foi executado.

MPD: Sim.

RMJ: Eu fui aluno da UERJ na década de 90. E uma das principais bandeiras do movimento estudantil era a execução dos 6%.

MPD: Pois é... Essa é uma ideia interessante. A gente pressionou tanto que os deputados não conseguiam aprovar o capítulo de Educação, porque as galerias e o movimento da rua não permitia. Aí todo o processo constituinte começou a atrasar. Eles acabaram fazendo um acordo dizendo o seguinte, “aprova do jeito que está” para a gente poder cuidar das outras coisas. Aí saiu isso, 6% para a Educação Superior, 2% para amparo da ciência e tecnologia. Saíram algumas coisas muito interessantes.

RMJ: E a obrigatoriedade da Sociologia, não?

MPD: Isso aí... A gente está nesse bojo. É isso que eu estou falando. A luta pela Sociologia, ela só é compreensível porque tem uma articulação forte com vários outros movimentos, porque, se não, a gente não teria conseguido nada, a APSERJ sozinha era muito pequena. Mas a gente conseguiu se fazer presente mesmo sendo pequeno

LPF: A categoria dos sociólogos era muito pequena, não é?

MPD: Ainda é, até hoje. Mas era bem pequena. Mas a vantagem da gente é que, e continua sendo, é que a gente tem uma capacidade de articulação muito grande e estávamos no momento especial, como eu falei antes. Os movimentos se comunicavam e

o sociólogo, com essa habilidade para lidar com os temas da luta política, das questões sociais e tudo mais, a gente transitava com muita facilidade entre vários grupos e movimentos, a nossa presença era uma presença valiosa, inclusive para esses segmentos. Então, quando a gente colocava uma pauta que era nossa, a gente tinha receptividade. A gente tinha solidariedade dos movimentos também. Havia uma visão positiva da Sociologia.

RMJ: Mauro, só uma curiosidade. Você estava em plenário quando foi votada a obrigatoriedade. Você estava naquele momento?

MPD: Eu estava do lado de fora. [risos]

RMJ: Como é que foi essa história? Não dava para entrar todo mundo?

MPD: Não dava para entrar todo mundo, exatamente.

RMJ: O pessoal passava informe para o lado de fora?

MPD: Sim. Sim.

RMJ: “Saiu o resultado!” “Ganhamos!”.

MPD: Sim, passavam os informes e a gente gritando do lado de fora [risos].

RMJ: E a festa varou a noite da comemoração?

MPD: Eu não me lembro como é que foi a festa. Deve ter sido boa, porque eu não me lembro. [risos]

LPF: Não fala isso Mauro, olha o mau exemplo para a bolsista. Olha a bolsista. [risos]

MPD: Mau exemplo nada. [risos]

RMJ: Faz parte da nossa cultura nas Ciências Sociais. Boas comemorações.

MPD: Mas, enfim...

RMJ: Depois de tanta luta, legítima, imagino...

MPD: O fato é que... Voltando para a APSERJ... Alguns dilemas não foram resolvidos. A mesma coisa... Os problemas que a gente teve na Federação, que colegas se afastaram porque não consideravam. Achavam que a gente estava querendo criar um aparelho. E aí tinha, no caso, principalmente de São Paulo e de Pernambuco, nós tivemos algumas

resistências, porque havia colegas do PCdoB com a gente. Não na diretoria, mas apoiando a criação. O Lejeune Mato Grosso, que foi presidente do Sindicato dos Sociólogos algumas vezes, lá em São Paulo, é uma figura altamente produtiva, um intelectual muito interessante. Lejeune sempre foi muito ligado ao PCdoB, é do PCdoB. E uma parte dos Petistas e do pessoal do PCB via então na gente uma influência do PCdoB e achava que a gente ia criar uma burocracia aparelhada ao partido. A mesma coisa em Pernambuco. Que também nós tivemos apoio de vários colegas do PCdoB em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. O que causou uma resistência, principalmente do pessoal identificado como PCB nessas regiões. Então, houve um debate que extrapolou e teve manifesto dos intelectuais paulistas contra a criação da Federação. O Florestan Fernandes assinou isso. A gente teve que pegar telefone, ligar para ele direto, para falar com ele “O que é isso professor” [risos] “Você nem ouviu a gente”. Ele mesmo reconheceu “Éh, me deixei levar pelos colegas que chegaram falando coisas”. Mas, enfim, depois a Federação superou essas coisas. A gente fez um belíssimo de um encontro em 90, com muita gente, muito forte.

LPF: Em Belém do Pará.

MPD: Em Belém do Pará. Que é onde eu saio do movimento por outros motivos. Eu estava em um processo de separação que para mim foi muito dolorido, e estava decepcionado também com algumas questões do movimento em geral. E aí, depois da eleição do Collor, em 1989, aquilo me deu um desânimo da atividade política... Eu estava mais a fim de sair daquilo, e sai. Passei uns dois anos sem querer saber de movimentos. Sem querer saber de nada. Lier lembra disso porque foi ele e uma colega, a Vânia, que me tiraram da toca, lá em 1992, para participar de um encontro dos estudantes de Ciências Sociais. Encontro nacional dos estudantes de Ciências Sociais, não foi isso?

LPF: Com a presença, inclusive, do Florestan, não é?

MPD: É.

LPF: Que também ...

RMJ: Quando foi esse encontro?

MPD: Em 1992, se não me engano.

RMJ: Aonde foi?

LPF: 1991 ou 1992...

MPD: São Paulo, na USP.

RMJ: São Paulo?

LPF: Isso.

RMJ: Ah legal! Ótimo.

LPF: O IX encontro.

RMJ: Eu ia te propor, não sei se o Mauro e também a Gracielle, que a gente podia de repente... A gente está com duas horas de entrevista. A gente falou... Mauro deu contribuições fundamentais. Acho que essa do CAP, de 1984, para mim, foi muito valiosa. Mas a gente podia entrar nos adendos, Lier, a não ser que você queira explorar mais.

Gracielle Rodrigues (GR). Eu acho que você poderia falar agora sobre o que você realmente faz atualmente, na profissão de cientista social.

MPD: Então, em 1992, como eu falei, eu tentei esse concurso para o Pedro II, eu tentei o concurso do IBGE e fiz o concurso da UFF e da UFES. Na UFF, eu fui eliminado... Lier estava presente na minha aula, me deu um ataque de nervosismo e não consegui terminar a prova de aula, foi lamentável. Quem passou foi um outro colega, muito interessante, o Fabiano Santos, passou lá para a instituição. No Colégio Pedro II eu fiquei em segundo colocado. Acabou que só chamaram o primeiro depois de um tempão. Só foram me chamar depois que eu já estava bem instalado aqui no Espírito Santo. No IBGE, exigiram a formação do mestrado, e eu ainda não tinha concluído o mestrado na época, então não pude entrar.

O Collor estava mandando um monte de gente embora naquela época [risos]. Então os caras falaram “se fosse em outros tempos a gente até dava uma tolerância, e aí a gente te contratava, e te deixava devendo esse diploma, para entregar num prazo posterior, mas como a gente está tendo gente demitida, como é que eu vou fazer uma coisas dessas”. Então está certo. E na UFES eu passei, fui chamado e vim para cá em 1993, se não me engano, abril ou maio de 1993. Entrei como professor de Sociologia no departamento de Ciências Sociais na Federal do Espírito Santo e comecei a trabalhar aqui, dar as minhas

aulas no início, no primeiro momento, nas disciplinas básicas, como Sociologia Geral e Teoria Política. Depois, ao longo do tempo...

MPD: Então, eu vim para cá, no Espírito Santo, em 1993. Fui coordenador do curso, se eu não me engano, de 1994 a 1996. E desde que cheguei aqui, essa história minha na APSERJ, da Federação, interessou muito a alguns colegas que tinham interesse nessa questão da Sociologia e quando viram meu histórico não é, as pessoas sempre perguntavam... E tem essa coisa que eu acabei não falando, que foram os meus 08 anos de professor de Educação Fundamental, professor de Geografia na rede municipal do Rio de Janeiro. Isso me deu uma perspectiva de valorização da Educação Básica, que não é tão comum entre os colegas do Ensino Superior. Nós temos um grupo pequeno de professores que foram professores em outros níveis de ensino antes de virarem universitários. Infelizmente, essa experiência está se tornando cada vez mais rara, inclusive. Por conta dos mestrados e doutorados que as pessoas vão acumulando em, relativamente, pouco tempo de vida. As pessoas acabam chegando ao Ensino Superior sem a experiência dos outros níveis de ensino. Mas, enfim...

RMJ: Vocês têm uma licenciatura em Ciências Sociais?

48

MPD: Temos desde... Fui eu quem implantou essa licenciatura. Desde de 1995 temos a licenciatura em Ciências Sociais. Desde 1993? Em 1993? Não sei... eu estava na coordenação, então foi em 1995, sim. O curso é de 1991. O curso de graduação [bacharelado] em Ciências Sociais que é de 1991. Inclusive a minha contratação e a de outros colegas veio em função da criação do curso. As vagas gerais e depois a licenciatura. O curso começou com bacharelado e depois veio a licenciatura. A licenciatura colocou essas questões para a gente. Mas é um grupo relativamente pequeno de professores que se envolvem com a licenciatura. Também em parte porque a maior parte das disciplinas vem do centro de Educação. Mas, mesmo nas nossas disciplinas de Ciências Sociais, é pouca gente que se envolve com elas.

LPF: Vocês ainda tem o modelo três mais um na UFES?

MPD: Não mais, porque a gente foi obrigado a reformar.

LPF: Isso.

MPD: As reformas das licenciaturas...

RMJ: Em 2001, não é?

MPD: Não permitem mais isso. Mas era assim que funcionava até pouco tempo atrás.

MPD: (...) O ensino de Ciências Sociais. E aí foi dividida entre Sociologia, Antropologia e Ciências Políticas. E eu venho trabalhando já, há mais de 10 anos, com essa disciplina: Introdução ao Ensino de Ciências Políticas. Instrumentalização, perdão. Na época, eu participei de um encontro da ABECS. Na época, um dos responsáveis pelo Ministério dos Direitos Humanos, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, participou do nosso evento, e pediu. Ele disse que era filósofo e estava encaminhando para as nossas áreas de Filosofia e Sociologia, pediu que a gente encampasse nas nossas disciplinas do Ensino Médio, os Direitos Humanos. Que estava como tema...

LPF: Transversal...

MPD: (...) Transversal em um monte de lugares, ou seja, não estava em lugar nenhum. E que como as nossas disciplinas Filosofia e Sociologia eram mais afins, com uma série de temáticas dos Direitos Humanos, pediu que a gente encampasse isso. Eu topei a parada e transformei a disciplina de Instrumentalização em Ciência Política em Educação em Direitos Humanos. Então, a gente pegava os temas da Sociologia, questão racial, questão de gênero, desigualdade socioeconômica, etc., e dava uma olhada no que tem de legislação, tratados internacionais, nacionais, enfim, órgãos de defesa, mecanismos de proteção, programas de políticas públicas. E a minha disciplina durante 06, 07 anos, foi basicamente isso. Pegar a partir do programa da Sociologia, as temáticas da Sociologia, olhar a estrutura internacional e a estrutura do estado brasileiro, como é que a temática dos Direitos Humanos aparecia e instrumentalizar isso no sentido de colocar na mão dos alunos. Como são os vários problemas de violação dos Direitos Humanos, quais são os mecanismos, quais são os instrumentos que a gente tem para lidar com eles? É o que eu falei, a diferença do sociólogo na escola, não necessariamente na Sociologia, mas a Sociologia é o lugar que permite a gente estar lá, então a Sociologia é importante. O nosso trabalho transcende o ensino de Durkheim, Weber, Marx, essas coisas assim. Esse que é o barato.

MPD: Uma das minhas experiências, no Ensino Médio, foi isso. Esse trabalho de Educação em Direitos Humanos é o que mais gosto, é o que eu mais me identifico com ele. De uns tempos para cá entraram outros colegas que se determinaram a discutir isso.

Inclusive saiu uma discussão que eu vou ter com esse ilustre Lier Pires Ferreira, que a gente falou sobre isso há uns dois anos atrás, em um churrasco, e eu não levei isso adiante, mas agora estou afim. Que eu estou afim de discutir as questões dos direitos políticos e das pessoas com deficiência, dificuldade para votar e dificuldade para se candidatar e ser eleito.

LPF: Grupo de estudos em Direitos Humanos e Políticas Públicas, coordenado pela professora Vânia Morales Sierra, que tem atividades em cursos, inclusive, está fazendo textos e outras coisas mais.

MPD: Então, o campo, assim... Eu tenho trabalhado com muita coisa dentro da área de Política, eu gosto muito de discutir pensamento social brasileiro. Há uns 03 anos, eu dei dois semestres seguidos de uma disciplina sobre Paulo Freire. Que já é um esforço de fazer com que as optativas, seja de bacharelado ou licenciatura, coloquem temas da Educação. Então achei que, como Paulo Freire estava sendo muito apedrejado nos últimos tempos, era uma vergonha um curso de Ciências Sociais não discutir o Paulo Freire de maneira decente. Eu fiz dois semestres seguidos de uma disciplina optativa sobre ele. Mas em uma linha mais geral, que eu gosto de discutir, que é o pensamento social brasileiro. Agora mesmo, daqui a alguns dias, eu vou apresentar um trabalho sobre a distopia brasileira, de... Como é? O Carlos Rodrigues Brandão... Ignácio de Loyola Brandão. Estou ficando cansado já [risos]. A mente já começa a falhar. Ignácio de Loyola Brandão. “Não verás país nenhum”, uma obra que eu acho fantástica para discutir a questão ambiental, política, enfim, muito do que está acontecendo agora. Então o pensamento social brasileiro é uma área que me interessa muito.

GR: Para a gente finalizar, você poderia falar um pouco sobre como a Sociologia mudou, de antigamente para atualmente. E se você ensina Sociologia ou Ciências Sociais, no ramo da Escola Básica ou Universidade. Uma dessas.

MPD: Então, hoje eu só estou no Ensino Superior. Meu contato com a Educação Básica é através da formação dos licenciandos. Já colaborei bastante com o nosso projeto de PIBID aqui. Agora, nesse momento, a gente está meio na geladeira. O PIBID de Ciências Sociais, infelizmente, a Sociologia também está na geladeira. Mas, meu trabalho foi nessa área de Educação em Direitos Humanos. E a gente fez aqui no Espírito Santo, durante um bom tempo, a campanha também. Eu criei, aqui, a Associação de Cientistas Sociais do

Estado do Espírito Santo, que hoje está desativada, mas que foi importante na luta pela introdução da Sociologia no currículo daqui. E assim, o que mudou? Mudou que essa presença da gente na escola, infelizmente com a carga horária muito reduzida, o que impõe para os professores para eles integralizarem a sua carga horária, para você ter 20 horas, por exemplo, de sala de aula, você tem vinte turmas, o que é uma coisa desumana.

LPF: E em escolas diferentes, não é?

MPD: Oi?

LPF: E em escolas diferentes, não é?

MPD: Muitas vezes em escolas diferentes, duas, três escolas. O que diminui muito a nossa capacidade do contato com o aluno, essa coisa de você viver os dramas da escola e usar a sua habilidade, e usar a sua habilidade como cientista social para intervir, quando você está correndo com um monte de avaliações, um monte de tarefinhas burocráticas que as escolas nos impõe no Ensino Básico. Isso torna tudo muito difícil. Uma estratégia que infelizmente é quase inevitável, que os professores têm quando estão diante de uma situação dessas, é a ritualização, é você perder o foco daquilo que você está fazendo e simplesmente ficar repetindo um conjunto de atividades para cumprir com a sua carga horária. E isso os alunos acabam detestando. Então às vezes cria uma imagem negativa da disciplina, mas que tem a ver com as condições em que ela é oferecida.

Mas há alguns colegas que, a custo às vezes até da sua saúde física e mental, não se conformam em fazer um trabalho rotineiro desses e encaram a tarefa de criar coisas realmente relevantes, e fazem. Temos muitas experiências muito legais de pessoas na Educação Básica, enfrentando os problemas da escola, olhando para a realidade dos alunos, propondo coisas bem legais. Mas normalmente você olha para as condições em que essas pessoas estão, elas chegam ao final do ano em farrapos. Porque isso é uma quantidade de trabalho que seria, se a gente tivesse três horas com cada turma, se você tivesse até, tipo, seis turmas, poderia ser mais viável. Mas vinte turmas, é muito difícil de lidar com isso. Eu fui professor de Sociologia no estado do Rio de Janeiro durante três anos. Tive uma boa escola onde trabalhar. Foi o Colégio Prado Júnior, ali na Praça da Bandeira. Mas também trabalhei em uma escola horrorosa, chamada Oscar Tenório, ali em Marechal Hermes, em que a gente não tinha suporte nenhum.

RMJ: Em que ano a que ano? Mauro, isso foi de que ano a que ano? Você lembra?

MPD: Se não me engano, o concurso foi em 1990, então a gente pegou...

RMJ: 1990, primeiro concurso.

MPD: ...1991, 1992. Em 1993 eu saí do Rio.

RMJ: Tá.

MPD: Foi isso.

RMJ: Esse foi o primeiro concurso depois da aprovação?

MPD: É... todos nós passamos. Eu, Paula, Otair, Cláudio Lacerda. Acho que uma série de colegas que estavam ligados ao movimento, se dedicaram...

RMJ: São 300 aprovados, eu acho, para Sociologia, se eu não me engano.

MPD: Mas foram poucas vagas. Noventa vagas, se eu não me engano.

RMJ: Noventa. Eu não sei se é esse concurso, eu estou chutando de cabeça. O concurso em 1990, depois 1997, 2004. São concursos espaçados para a SEEDUC [Secretaria Estadual de Educação] aqui no Rio.

MPD: Mas é isso. Nessa realidade a gente topa. Eu topei lá na Oscar Tenório, turmas de 70 alunos, ensino noturno, total precariedade da escola. Às vezes acontecia de faltar professor e os caras perguntarem se não iam juntar as turmas. [risos]

LPF: Cento e quarenta?

MPD: Ou duzentos e dez. Eu já peguei um auditório e botei a turma toda. Das três turmas que eu ia dar aula, eu tinha dois tempos com cada uma, não era um. Juntar todo mundo. Aí você tem que ser ninja, não é? Porque você tem que dar um jeito, como se faz como esse monte de gente, algum trabalho que tenha minimamente sentido. É bem isso. Infelizmente, apesar da Sociologia ser uma disciplina extremamente interessante e importante ainda mais em um país que tem problemas sociais, como a gente tem, seria muito importante ter um profissional formado, mas muitas vezes esse professor não é formado na área. Tem muita gente pegando as nossas disciplinas sem a qualificação. Mas vou pegar um profissional formado, preparado, com tempo para preparar a sua intervenção num ambiente que precisa muito disso, porque nós temos problemas sociais

gravíssimos. E a escola ainda é dos órgãos públicos, a escola e a cadeia. São os que recebem a população de baixa renda.

Então a escola é um dos lugares, de todos os serviços públicos, dos mais acessíveis para a população de baixa renda. Você ter um profissional qualificado para lidar com as questões sociais, pode fazer diferença, se o país quiser resolver problemas sociais. Parece que, infelizmente, não quer. Para encaminhar bem [risos] esse finalzinho de fala, eu acho que é isso. A importância do sociólogo é relativa à importância que se dá aos problemas sociais. Qual que se quer resolver? Se quiser resolver, nós somos importantíssimos, nós somos essenciais, fundamentais. Agora, se não for para resolver, aí nós somos vagabundos, nós somos... Enfim [risos], inúteis [risos].

LPF: Legal Mauro. Eu estou absolutamente satisfeito com esse encontro. Mosca, Gracielle, alguma questão complementar?

GR: Não, não. Muito obrigada.

RMJ: Eu só queria agradecer ao Mauro mais uma vez. Foi sensacional. A gente inaugurou aí com louvor essa série de entrevistas, e vai ficar para a posteridade.

MPD: Tranquilo. Como o Lier falou, memória é um negócio complicado. Tem coisas que a gente lembra bem, porque foram significativas para a gente. Lembrar bem não significa que a gente esteja sendo fidedigno, porque a memória altera as coisas. A gente às vezes atribui importância demais a alguma coisa, e omite outras. Mas assim, eu acredito que a conversa com a Paula, como nós somos absolutamente contemporâneos no período da APSERJ, fizemos muita coisa juntos, vai levantar outras questões e de repente “Poxa! O Mauro não falou disso” “Poxa! Talvez ele lembre de alguma coisa”. Se vocês acharem que vale a pena, eu estou aqui à disposição. A gente tenta marcar um horário e conversa de novo. Tá bom?

RMJ: As falas certamente vão se complementando. A gente está usando método extremamente não convencional, que é usado pelo “jogo de bicho”, cercar pelos quatro lados. [risos]

RMJ: A milhar.

MPD: É [risos]. Ótimo. [risos]

LPF: Legal. Muito legal. Mauro, muito obrigado demais meu irmão pela presença.

GR: Obrigada Mauro. Tchau gente.